



A CPLP após a entrada da Guiné Equatorial

Hélder Gomes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientadora:

Ana Lúcia Lopes de Sá

Professora Auxiliar Convidada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2017

RESUMO

A entrada da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem sido muito contestada. Os críticos apontam motivações meramente económicas para a adesão de um país que, três anos depois, ainda não fala português mas continua rico em matérias-primas. Há também quem sinalize o incumprimento do roteiro para a adesão por parte do mais recente Estado-membro da comunidade lusófona no que diz respeito, entre outros aspectos, à abolição efectiva da pena de morte. Nesta dissertação, analisamos os documentos fundadores da CPLP e traçamos o caminho que levou a Guiné Equatorial de país observador a membro de pleno direito. Para testarmos a hipótese de uma possível reconfiguração focal da Comunidade, fazemos um levantamento exaustivo das actividades nas várias áreas de actuação. A pesquisa demonstra que não houve mudanças significativas nas actividades da organização, revelando-se esta demasiado condicionada pelos Estatutos para fazer cumprir acordos pré-estabelecidos e para se afirmar inequivocamente como agente económico no plano internacional. Este seria o momento para uma profunda revisão estatutária capaz de, por um lado, criar mecanismos de suspensão e/ou expulsão de Estados-membros incumpridores, como os que existem na Commonwealth e na Francofonia, e, por outro, dotar o Secretariado Executivo de maior poder fáctico.

Palavras-chave: CPLP; Guiné Equatorial; lusofonia; negócios; direitos humanos

ABSTRACT

The admission of Equatorial Guinea in the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) has been much contested. Critics cite purely economic motives for the accession of a country that, three years later, still does not speak Portuguese but remains rich in raw materials. There are also suggestions of non-compliance with the road map for accession by the most recent Member State of the Portuguese-speaking community, with regard, *inter alia*, to the effective abolition of the death penalty. In this dissertation, we analyze the founding documents of the CPLP and trace the path that led Equatorial Guinea from an observer country to a full member. In order to test the hypothesis of a possible focal reconfiguration of the Community, we make an exhaustive assessment of the activities in the various areas of interest. The research shows that there were no significant changes in the activities of the organization, which is too conditioned by its Statutes to enforce pre-established agreements and to unequivocally assert itself as an economic agent in the international arena. This would be the moment for a thorough statutory revision capable, on the one hand, of creating mechanisms for the suspension and/or expulsion of non-compliant Member States, such as those prevalent in the Commonwealth and the Francophonie, and, on the other hand, of providing the Executive Secretariat with greater factual power.

Keywords: CPLP; Equatorial Guinea; lusophony; business; human rights

ÍNDICE

ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
Metodologia.....	7
CAPÍTULO 1	
1.1 – CPLP: fundação, objetivos e Estatutos.....	11
1.2 – Observadores Associados e Consultivos.....	14
1.3 – O espaço da lusofonia.....	15
1.4 – A viabilidade económica da organização.....	18
1.5 – CPLP, Commonwealth e Francofonia.....	19
CAPÍTULO 2 – Guiné Equatorial: de Observador a membro de pleno direito	
2.1 – O roteiro para a adesão.....	23
2.2 – A Cimeira de Díli.....	25
2.3 – A nova visão estratégica.....	27
2.4 – Ganhos internacionais com a adesão.....	29
CAPÍTULO 3 – A actuação da CPLP antes e depois da adesão da Guiné Equatorial	
3.1 – Levantamento das actividades e quadros comparativos.....	30
3.1.1 – Levantamento das actividades no triénio 2011-2014.....	30
3.1.2 – Levantamento das actividades no triénio 2014-2017.....	32
3.1.3 – Análise comparativa dos triénios.....	34
3.2 – O papel da diplomacia na monitorização.....	36
3.3 – As dificuldades na afirmação do português como língua de negócios.....	41
CAPÍTULO 4 – Conclusões.....	43
FONTES.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	48
ANEXOS.....	51
CURRICULUM VITAE.....	66

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CAO	Comunidade da África Oriental
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
Commonwealth	Commonwealth of Nations
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ELO	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação
Francofonia	Organisation Internationale de la Francophonie
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização de Unidade Africana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SEGESA	Sociedad de Electricidad de Guinea Ecuatorial
SONAGAS	Sociedad Nacional del Gas de la República de Guinea Ecuatorial
UA	União Africana
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

O objectivo central desta dissertação é comparar a actuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos domínios linguístico e económico, antes e depois da adesão da Guiné Equatorial. A análise dos dois períodos ganha especial importância se se atender ao facto de os críticos da CPLP defenderem que esta entrada teve nos negócios a sua única motivação. Fundada a 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade expandiu-se com a entrada de Timor-Leste, em 2002, e da Guiné Equatorial, a 23 de Julho de 2014. Cumpridos três anos sobre a adesão do nono Estado-membro, esta dissertação fará um levantamento dos principais focos de actuação da CPLP, tentando também explicar a organização através dos dois eixos referidos: o eixo da língua, que se inscreve na sua designação, e o eixo dos negócios, que sempre esteve contemplado nos Estatutos.

A Guiné Equatorial situa-se na África Ocidental e é formada por territórios descontínuos: um continental e cinco insulares. É numa dessas ilhas, a ilha Bioko, que se encontra a capital do país, Malabo. Em meados dos anos 1990, a antiga colónia espanhola tornou-se um dos maiores produtores de petróleo da África subsaariana, depois da Nigéria e de Angola. O país é governado desde 1979 pelo Presidente Teodoro Obiang, o líder, não-monárquico, há mais tempo no poder em todo o mundo¹. Organizações de direitos humanos classificam-no como um dos ditadores mais brutais do continente africano².

Segundo vários analistas, a Guiné Equatorial não está a cumprir os requisitos definidos no roteiro para a adesão³ à CPLP, designadamente a abolição da pena de morte e o uso efectivo do português como língua oficial. Os meios disponíveis para monitorizar o cumprimento do roteiro são insuficientes e logisticamente desencorajadores – por isso, a presente dissertação dará conta dessas posições críticas, mas o trabalho de pesquisa centrar-se-á na organização propriamente dita. Este estudo afigura-se-me relevante na medida em que, ao longo das mais de duas décadas de existência da organização, foram muitos os académicos e agentes políticos e económicos que defenderam um reforço da vertente de economia e de negócios da CPLP, sublimando o papel da lusofonia como catalisador dessa reconfiguração. Por outro lado, as razões históricas invocadas para a

¹ Paul Biya surge à frente de Obiang se considerarmos que está no poder dos Camarões desde 1975 (primeiro como primeiro-ministro, até finais de 1982, e, desde então, como Presidente).

² O breve perfil da Guiné Equatorial aqui traçado teve por base o *Country Profile* da BBC: www.bbc.com/news/world-africa-13317174 (consultado em 15/09/2017).

³ O roteiro para a adesão será abordado de forma detalhada no ponto 2.1 desta dissertação.

entrada da Guiné Equatorial foram muito contestadas, como veremos adiante. A marca dos três anos parece-me ser altura e pretexto bastantes para conduzir esta pesquisa.

A sistematização das actividades da organização nos períodos imediatamente anterior e posterior à adesão da Guiné Equatorial será complementada pela recolha e análise crítica de material já produzido, bem como pela condução de entrevistas com seis agentes relevantes.

Começarei por dar conta da metodologia usada na condução desta pesquisa. Com os objectivos e hipóteses levantados, prosseguirei com o necessário enquadramento teórico: no primeiro capítulo desta dissertação, farei um retrato do estado da arte através da conceptualização da CPLP, sua fundação, objectivos estratégicos e Estatutos. A definição de Observadores Associados e Consultivos ganha também importância quando se sabe ser essa uma etapa necessária rumo ao estatuto de membro de pleno direito, procedimento cumprido, de resto, pela Guiné Equatorial. Explorarei também o conceito de lusofonia e o espaço que lhe está reservado no mundo, a viabilidade económica da organização e ainda a CPLP no quadro de outras comunidades linguísticas como a Commonwealth e a Francofonia. O segundo capítulo reconstituirá o processo que levou a Guiné Equatorial do estatuto de observador ao de membro de pleno direito, incluindo o roteiro para a adesão, a Cimeira de Dili, a nova visão estratégica adoptada em Brasília e os ganhos internacionais com a adesão. No terceiro capítulo, analisar-se-á a actuação da CPLP antes e depois da entrada do novo Estado-membro, com especial enfoque nos eixos linguístico e económico. Para isso, será feito um levantamento das actividades da organização no primeiro triénio de adesão e no triénio imediatamente anterior, a que se seguirá uma análise comparativa. Ainda no mesmo capítulo, problematizarei o papel da diplomacia na monitorização do cumprimento do roteiro para a adesão e as dificuldades na afirmação do português como língua de negócios. Por fim, no quarto capítulo, serão apresentadas as conclusões da pesquisa, que será também apoiada pela discussão e aplicabilidade de várias teorias em confronto no âmbito das relações internacionais.

Metodologia

O conceito de organizações internacionais será usado, nesta dissertação, como parte de um enquadramento teórico capaz de ajudar a fazer da CPLP pós-Guiné Equatorial um estudo de caso. Segundo Barnett & Finnemore (2004: 9), as organizações internacionais são burocracias e as burocracias são uma forma social distintiva que exerce autoridade de

modos particulares. Ao abrirmos a caixa negra das organizações internacionais, podemos começar a perceber o seu poder, a sua propensão para um comportamento patológico e a forma como evoluem⁴. Para os autores, as organizações internacionais, como todas as organizações, evoluem de modos que os seus criadores não previam – ou não desejavam (Barnett & Finnemore, 2004: 41). Este último enunciado é particularmente interessante de analisar no caso da CPLP, uma vez que um dos principais ideólogos de uma comunidade lusófona, o professor Adriano Moreira, conta-se, como veremos adiante, entre as vozes críticas do processo de adesão da Guiné Equatorial. Karns & Mingst (2004: 56) contribuem para este debate, inscrito nas teorias das organizações, defendendo que, com o tempo, estas tendem a desenvolver as suas próprias culturas, independentes e diferentes das culturas dos seus membros individuais⁵.

A pergunta de partida a que esta dissertação tentará responder é: que mudanças ocorreram na CPLP com a entrada da Guiné Equatorial? Outras perguntas desta investigação são: que futuro se joga em termos de relevância estratégica da organização no concerto das nações? O que distingue e aproxima a CPLP de outras comunidades de raiz linguística, como a Commonwealth ou a Francofonia – por exemplo, ao nível dos critérios de admissão, da monitorização e dos procedimentos de suspensão ou expulsão de Estados-membros incumpridores? E ainda: que impacto poderá ter o incumprimento reiterado do roteiro para a adesão na sobrevivência e respeitabilidade da própria organização?

Para dar resposta às perguntas de investigação, este trabalho seguirá procedimentos quantitativos e qualitativos, procurando ter sempre em conta três importantes vectores: 1) os Estatutos da organização; 2) a predominância relativa das diferentes áreas de actuação; 3) a preponderância que a CPLP assume na agenda dos Estados-membros. Os procedimentos quantitativos, que servirão sobretudo para responder à pergunta de partida, incluem o levantamento das actividades realizadas nas várias áreas da organização nos três primeiros anos do novo Estado-membro. A este junta-se o levantamento das actividades em duas áreas específicas (Economia e Empresas e Língua Portuguesa e Cultura) nos três anos imediatamente transactos, a culminar no dia

⁴ Tradução a partir do original em língua inglesa: “International organizations are bureaucracies, and bureaucracies are a distinctive social form that exercises authority in particular ways. [...] By opening up the black box of international organizations [...], we can begin to understand their power, their capacity for pathological behavior, and the way they evolve.” (2004: 9).

⁵ Tradução a partir do original em língua inglesa: “Over time, organizations tend to develop cultures of their own, independent from and different than the cultures of their individual members.” (Karns & Mingst, 2004: 56).

da adesão. Resolvi fazer uma análise comparativa dos triénios 2011-2014 e 2014-2017 por considerar que uma avaliação adequada de possíveis diferenças no peso relativo das áreas de actuação da CPLP, antes e depois da adesão, teria de ter em conta o mesmo intervalo de tempo e períodos homólogos. Além disso, 2011 foi o ano em que o processo ganhou velocidade: é o ano que medeia a abertura das negociações relativas à adesão da Guiné Equatorial, na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda em 2010, e o elogio dos esforços até então desenvolvidos pelas autoridades do país, na XIX Conferência, realizada em Maputo em 2012.

Os levantamentos suprarreferidos foram realizados no Arquivo Histórico e na Biblioteca e Centro de Documentação existentes na sede da organização, em Lisboa. O site da CPLP revelou-se também de grande utilidade para pesquisar os acordos, protocolos e convénios firmados entre os membros da CPLP e desta com entidades da sociedade civil e outras organizações internacionais, bem como as actas e conclusões emanadas das principais cimeiras e demais encontros⁶. Estas fontes secundárias não forneceram evidências ou dados conclusivos, apenas uma interpretação a juntar às provenientes de outras fontes, fossem elas primárias ou secundárias. É meu entendimento que este trabalho ficaria bastante incompleto sem uma pesquisa qualitativa, que se concretizou através da recolha e análise crítica de documentação já produzida sobre o assunto e da realização de entrevistas. As fontes primárias deram origem a documentos originais, reflectindo um ponto de vista individual e representando testemunhos directos e não-interpretados do objecto do estudo de pesquisa (Bahde, 2014).

O trabalho qualitativo pressupõe, pois, um enfoque nos processos que não são passíveis de examinação experimental ou medida, enquanto os estudos quantitativos enfatizaram a medida e a análise de relações causais entre variáveis e não processos (Denzin & Lincoln, 2000). No caso vertente, o trabalho quantitativo seguiu a metodologia que pressupõe a compilação de dados absolutos, a manipulação de informação estatística pré-existente e a generalização para explicar um fenómeno particular (Babbie, 2010).

A pesquisa que se apresenta no capítulo 3 foi feita no intervalo compreendido entre os dias 23 de Julho de 2011 e 23 de Julho de 2017, ou seja, os dois intervalos de três anos que antecederam e sucederam a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno

⁶ No total, foram consultadas 1128 notas informativas (269 no primeiro triénio de análise e 859 no segundo), 33 acordos intra CPLP, 2 acordos entre a CPLP e entidades da sociedade civil, 10 acordos entre a CPLP e outras organizações internacionais, 11 declarações das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, 37 comunicados finais das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Ministros e 34 relatórios finais das Reuniões Ordinárias dos Pontos Focais de Cooperação.

direito da CPLP. Por necessidade de enquadramento teórico, recuou-se episodicamente até à data de fundação da organização, em 1996, e explorou-se a sua primeira década e meia de vida. Em complemento à análise documental e estatística como ferramenta de pesquisa, privilegiou-se a entrevista qualitativa, semi-estruturada e realizada frente-a-frente⁷.

Pretendeu-se falar com responsáveis, entusiastas e críticos, directos ou indirectos, do processo de adesão. Os interlocutores são provenientes do meio político-diplomático (casos do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, do chefe da missão da Embaixada da Guiné Equatorial em Lisboa, Arsenio Moro-Malonga, e do cônsul honorário de Portugal na Guiné Equatorial, Manuel de Azevedo), da estrutura da organização (como o Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP, José Lobato), do mundo empresarial (Manuel Saraiva, português a trabalhar na Guiné Equatorial) e da academia e letras portuguesas (Adriano Moreira⁸ e Fernando Dacosta). Tentei entrevistar igualmente a Secretária Executiva da CPLP em funções, Maria do Carmo Silveira, mas, apesar dos esforços feitos, tal não foi possível.

⁷ Numa entrevista qualitativa, dá-se maior ênfase às perspectivas dos entrevistados, adequa-se mais facilmente um guião pré-estabelecido e o binómio perguntas/respostas torna-se mais flexível (Bryman, 2016: 466-7). Numa entrevista semi-estruturada, o entrevistador pode alterar a sequência de questões a colocar e ajustá-las ao fluxo da conversa de modo a obter respostas mais significativas e detalhadas (Bryman, 2016: 201).

⁸ A conversa com Adriano Moreira realizou-se em contexto profissional, a 23 de Julho de 2014, e não no âmbito desta dissertação.

CAPÍTULO 1

1.1 – CPLP: fundação, objectivos e Estatutos

São dois os nomes que, durante as décadas de 1980 e 90, mais contribuíram para lançar as bases do que viria a ser a CPLP: Jaime Gama, enquanto ministro português dos Negócios Estrangeiros, e José Aparecido de Oliveira, na qualidade de embaixador do Brasil em Lisboa. É, no entanto, necessário esperar pelo dia 17 de Julho de 1996 para se testemunhar a criação efectiva da CPLP, com a realização da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Lisboa.

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe são os sete membros fundadores da organização. A estes juntou-se Timor-Leste, a 20 de Maio de 2002, com a conquista da independência face à ocupação indonésia. E, a 23 de Julho de 2014, a Guiné Equatorial tornou-se também membro de pleno direito. A CPLP é, desde então, uma comunidade de nove Estados repartidos por quatro continentes e incluindo mais de 230 milhões de pessoas. Na sua página oficial na Internet⁹, pode ler-se que a CPLP se assume como “um novo projecto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos nove [Estados-membros], que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum”.

Os documentos fundadores da CPLP são três: os Estatutos (documento que sofreu revisões sucessivas: São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007), a Declaração Constitutiva (elaborada no dia da criação pelos sete países fundadores) e a Ratificação da Declaração Constitutiva e dos Estatutos. Dos três documentos referidos, os Estatutos, cuja versão mais recente¹⁰ foi assinada a 2 de Novembro de 2007, são os que merecerão uma maior atenção nesta fase inicial da dissertação por neles estarem plasmados os objectivos gerais da organização e a definição de Observadores Associados e Consultivos, de que me ocuparei a seguir.

O artigo 3º dos Estatutos estabelece os objectivos gerais da CPLP: a) a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais,

⁹ O site oficial da CPLP está acessível em www.cplp.org (consultado em 02/08/2017).

¹⁰ A versão mais recente dos Estatutos da CPLP pode ser lida em www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf (consultado em 02/08/2017).

nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais; b) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Outro artigo fundamental para esta dissertação é o artigo 5º, que define os princípios orientadores em dois pontos: 1) A CPLP é regida pelos seguintes princípios: a) igualdade soberana dos Estados-membros; b) não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; c) respeito pela sua identidade nacional; d) reciprocidade de tratamento; e) primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) respeito pela sua integridade territorial; g) promoção do desenvolvimento; h) promoção da cooperação mutuamente vantajosa; 2) A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Considerou-se relevante replicar aqui os artigos 3º e 5º, na íntegra, porque eles servirão de matriz orientadora do trabalho subsequente. Por um lado, uma eventual mudança do foco privilegiado de actuação da CPLP – de Língua Portuguesa e Cultura para Economia e Empresas (hipótese central desta dissertação) – não configura uma violação estatutária, à luz dos objectivos gerais consagrados no artigo 3º. Por outro, o artigo 5º é demonstrativo da capacidade limitada da organização no caso da Guiné Equatorial, por exemplo. A confirmar-se o incumprimento do roteiro para a adesão por parte do mais recente Estado-membro, designadamente no que respeita ao uso efectivo do português como língua oficial e à abolição da pena de morte, a CPLP poderia invocar o primado dos Direitos Humanos (alínea e, ponto 1, artigo 5º), enquanto a Guiné Equatorial poderia socorrer-se do princípio da não ingerência nos assuntos internos de cada Estado (alínea b, ponto 1, artigo 5º). Admite-se como altamente improvável uma troca de argumentos desta índole. No entanto, serve este pequeno exercício para assinalar a actuação relativamente limitada da CPLP no quadro de uma diplomacia de maior envergadura, mesmo entre Estados-membros.

No caso da cooperação político-diplomática (artigo 3º, alínea a dos Estatutos), o caso mais bem-sucedido e frequentemente citado reporta-se a 1998, dois anos após a fundação da CPLP. O recurso a essa cooperação deu frutos pela acção complementar da organização no sentido de encontrar uma solução para o conflito na Guiné-Bissau, na

sequência da deposição do Presidente Nino Vieira (Mourão, 2002: 11). Nessa altura, os negociadores da CPLP participaram em conversações que envolveram a diplomacia bilateral portuguesa e, no plano regional, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Segundo Mourão, “ultrapassando a conflitualidade diplomática”, com a configuração tripartida dos negociadores externos (CPLP, Portugal e CEDEAO) acabou por se encontrar uma solução numa “demonstração realista de um arranjo diplomático”. No entanto, o académico lembra que a concertação político-diplomática tem de “levar em conta a participação de cada Estado [n]outros organismos internacionais, determinando limites de actuação, mormente os de composição e os fins regionais” (Mourão, 2002: 18).

No plano da convergência de indivíduos e povos, subjacente ao projecto da CPLP, a organização actua em várias frentes, mitigando “o efeito separador das fronteiras convencionais”, propondo “um novo quadro de referências sócio-culturais” e afirmando-se como “elemento politicamente estabilizador dos contextos regionais de relacionamento” (Santos, 2005: 82). Além disso, a CPLP integra “espaços e territórios identificados segundo uma lógica de coerência própria”, edificando “um grande espaço desterritorializado”, delimitado por “uma fronteira cultural e linguística comum, [...], de expressão afectiva, social e humana” (2005: 82). Todavia, se cumpre uma “matriz cultural dominante”, a CPLP demonstra uma “clara incipiência na dimensão económica” (Lopes, 2008: 3). Lopes enumera alguns pontos fracos do projecto da lusofonia e, por inerência, da organização: “a reduzida dimensão do PIB conjunto à escala mundial”, uma “situação generalizada de largos segmentos de pobreza”, acompanhada por um “baixo nível de rendimento per capita”, a inexistência de um “poder militar determinante”, os “custos acumulados de dispersão” e a ausência de um “enfoque político como prioridade”, que, na opinião do autor, conduz “progressivamente a situações de alheamento” (Lopes, 2008: 13).

Importa também reflectir sobre a ponderação prioritária dos Estados-membros, e da CPLP como um todo, relativamente aos objectivos estratégicos. Numa primeira fase, ainda antes da entrada de Timor-Leste em 2002, o Brasil e Angola apostavam sobretudo na “cooperação técnico-cultural”, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe focavam os seus interesses no “estímulo ao desenvolvimento económico”, enquanto “a concertação político-diplomática” era essencialmente uma ambição portuguesa (Pinto, 2005). Em termos globais, o maior esforço institucional da organização foi despendido na “área cultural e de reforço dos laços humanos e de

fraternidade”, seguindo-se as áreas de “segurança, defesa, justiça e solidariedade” e, na terceira posição, “embora cada vez mais acentuadamente”, a “cooperação” (Gaivão, 2010: 29).

A aposta crescente da CPLP na cooperação justifica uma breve alusão a teorias em confronto no quadro das relações internacionais. A cooperação tem sido definida como um conjunto de relações não baseadas na coacção ou no constrangimento, antes legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2003: 642). Além da “Estratégia Geral de Cooperação da CPLP” (2006), a Comunidade produziu outros dois documentos de referência nesse âmbito: “Cooperação na CPLP: Uma Visão Estratégica pós-Bissau” (2009) e “Cooperação na CPLP: Uma Visão Estratégica no Pós-2015”¹¹ (2015). Este último documento estabelece, no ponto 3.2, constrangimentos e desafios, entre os quais se destacam o de “apoiar a consolidação da Guiné Equatorial na sua plena integração na agenda e actividades da CPLP, tendo em conta a sua recente adesão à Comunidade” e o de “reforçar a ligação funcional do pilar cooperação aos restantes pilares: político-diplomático e língua e cultura” (2015: 9), nada menos do que os objectivos gerais consagrados nos Estatutos.

1.2 – Observadores Associados e Consultivos

Como referido na Introdução, importa enquadrar neste ponto os conceitos de Observadores Associados e Consultivos, uma vez que é esse o caminho que os Estados interessados em aderir à CPLP devem começar por seguir. A vontade de pertença da Guiné Equatorial remonta aos primeiros anos da Comunidade. Foi, no entanto, necessário aguardar oito anos, desde a constituição do Estatuto de Observador (em 1998) até à atribuição do estatuto de Observador Associado (em 2006) e outros oito anos até o país conseguir ser membro de pleno direito (em 2014).

No artigo 6º dos Estatutos, pode ler-se que “qualquer Estado, desde que use o português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos” (ponto 1). Os Estados que não reúnam as condições necessárias para se tornarem membros de pleno direito podem, ainda assim, solicitar a categoria de Observadores Associados da organização, desde que “partilhem os

¹¹ O documento pode ser descarregado neste link: www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/cooperacao/PIC/Cooperacao-na-CPLP-pós-2015_Final.pdf (consultado em 19/09/2017).

respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos” e “prossigam, através dos seus programas de governo, objectivos idênticos aos da organização” (artigo 7º, ponto 1)¹².

Com efeito, a CPLP tem assumido, desde a sua fundação, a vontade de alargar “as colaborações extra-comunitárias”, como se pode ler na página dedicada aos Observadores Associados¹³. O Estatuto de Observador data de Julho de 1998. As categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo viriam a ser estabelecidas em 2005. No ano seguinte, foi recomendada a atribuição do estatuto de Observador Associado à República da Guiné Equatorial. De acordo com o disposto no ponto 3 do artigo 7º dos Estatutos, os Observadores Associados podem participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo e no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso a documentação não confidencial, podendo ainda este tipo de observadores apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Os Observadores Associados podem também ser convidados para reuniões de carácter técnico. Foi nesta qualidade, e com os benefícios que lhe estão associados, que a Guiné Equatorial se relacionou com a CPLP desde 2006 e até à sua adesão como membro de pleno direito em 2014. Apesar de prever que a qualidade de Observador Associado ou Consultivo possa ser “retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que recomendaram a sua concessão” (artigo 7º, ponto 8), os Estatutos são omissos quanto à retirada da qualidade de Estado-membro no caso, por exemplo, de incumprimento do roteiro para a adesão.

Actualmente, o número de Observadores da CPLP ultrapassa, em termos absolutos, o de Estados-membros. São já 10 os Observadores: Eslováquia, Geórgia, Hungria, Japão, Maurícia, Namíbia, República Checa, Senegal, Turquia e Uruguai.

1.3 – O espaço da lusofonia

Como vimos, a CPLP consagra, nos seus Estatutos, “a promoção e difusão da língua portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa

¹² Já a categoria de Observador Consultivo poderá ser atribuída “às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da organização” (artigo 7º, ponto 4).

¹³ www.cplp.org/id-2765.aspx (consultado em 04/08/2017).

[IILP]”. De acordo com o descrito no site do IILP¹⁴, em 2002, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em São Tomé e Príncipe, foram traçadas orientações para o início das actividades de gestão da língua portuguesa. Com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde, o IILP é um instrumento para a gestão comum da língua portuguesa, envolvendo todos os Estados-membros da CPLP, promovendo “um contacto mais estreito entre os países e [as] suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística consensuada”.

Em 2014, no texto “A maioria da CPLP”, integrado no documento *18 Anos CPLP – Os Desafios do Futuro*, Luís Fonseca, na qualidade de antigo Secretário Executivo (2004-2008) e Embaixador da Boa-Vontade da organização, alertava para os “obstáculos de monta” que o IILP enfrenta, por causa da “exiguidade de meios e limitações de natureza institucional”. O Instituto “merece que [os] seus objectivos e missão sejam reconhecidos como estratégicos para a língua portuguesa e, como tal, deve ser dotado de recursos e instrumentos correspondentes” (2014: 17).

Para Mourão (2002), a língua, sendo “o principal motor da CPLP”, pode ser interpretada sob duas perspectivas: “como base de entendimento, que deu lugar à criação da Comunidade” e “como factor de inserção na sociedade pós-industrial”. O uso do português em diferentes regiões do mundo surge, assim, como “um elemento unificador e delimitador de fronteiras nas posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não excludentes, [n]outros espaços regionais” (Mourão, 2002: 13). Por outro lado, um bom conhecimento da língua permitirá o “incremento do intercâmbio comercial e científico entre os países lusofalantes”, cabendo a estes “empreender esforços para que a língua portuguesa seja adoptada como língua de trabalho nas organizações internacionais”, um papel que a CPLP “poderá reforçar” (2002: 14).

Numa comunicação proferida a 19 de Maio de 2017¹⁵, o Presidente do Observatório da Língua Portuguesa, Lauro Moreira, salienta que o português é “uma das grandes línguas globais d[o] nosso tempo, policêntrica e pluricontinental”, constituindo “um dos factores determinantes na formação da identidade nacional de oito dos países que compõem a CPLP, além de representar o mais forte traço de união entre eles, a despeito da distância geográfica que os separa, espalhados que se acham pelos quatro continentes”. Note-se que, na comunicação, apesar de a Guiné Equatorial ser já membro

¹⁴ O site do IILP está acessível em iilp.cplp.org (consultado em 07/08/2017).

¹⁵ A comunicação pode ser lida, na íntegra, em observalinguaportuguesa.org/lusofonia-e-lingua-portuguesa (consultado em 06/08/2017).

de pleno direito há praticamente três anos, o embaixador brasileiro exclui o país do grupo daqueles que, pertencendo à CPLP, têm no português um dos factores determinantes na formação da identidade nacional. Mais adiante, Lauro Moreira fala também de uma “construção nem sempre ágil da Comunidade de Estados”.

Neste momento – e segundo dados do próprio Observatório –, 272 milhões de pessoas¹⁶ vivem nos países que têm o português como língua oficial. A este número é necessário acrescentar a diáspora, que conta com milhões de lusofalantes no mundo, o que, nas palavras de Lauro Moreira, “só vem naturalmente reforçar e ampliar o alcance da própria lusofonia”.

A 20 de Maio de 2017, à margem de um evento literário em Serpa, Fernando Dacosta¹⁷ lembrou os encontros do filósofo Agostinho da Silva e do poeta Fernando Pessoa no Martinho da Arcada, em Lisboa, em meados dos anos 1930. Segundo o jornalista e escritor português, um dos temas dominantes desses encontros era “o futuro da língua portuguesa”, sendo que a abordagem de Agostinho e Pessoa se colocava já “num plano pós-independência”. Para Agostinho da Silva, “o único grande bloco que podia dar resposta ao império asiático [emergente] era o império ibérico, com as regiões autónomas de Espanha a tornarem-se países independentes e a Ibéria a transformar-se numa comunidade de países ibéricos, independentes: Portugal, Espanha e os outros países com que têm ligações profundíssimas, na América Latina e em África, por causa da língua”. O filósofo acreditava que “a CPLP daria origem à CPLI, uma comunidade de países de línguas ibéricas”. Agostinho da Silva trabalharia neste projecto até à sua morte, tendo sido chamado por nomes como Aparecido de Oliveira, um dos fundadores da CPLP, para no Brasil criar organizações afro-luso-americanas¹⁸.

Instado a comentar a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, Fernando Dacosta não tem dúvidas de que se tratou de “um negócio”, ainda que acrescente: “Mas não percebi aquela jogada. Justificava-se se já estivéssemos na fase da CPLI, das línguas ibéricas. Assim, não faz sentido”. Para Dacosta, um possível incumprimento do roteiro para a

¹⁶ Este número difere dos dados da CPLP, avançados anteriormente, de 230 milhões de falantes do português.

¹⁷ Uma versão editada da entrevista pode ser lida nos Anexos, à semelhança das outras entrevistas feitas no âmbito desta dissertação.

¹⁸ Segundo Fernando Dacosta, o pensamento produzido por Agostinho da Silva viria a “influenciar os líderes da libertação africana, como Amílcar Cabral ou Agostinho Neto”. No final dos anos 1950, é organizada uma reunião no Brasil com todos os países de expressão portuguesa e Portugal manda uma delegação chefiada por Marcello Caetano. “O problema é que Agostinho da Silva parte do princípio de que isto só pode funcionar com as colónias independentes. Marcello Caetano aí fica de pé atrás”, lembra o escritor.

adesão “pode prejudicar a CPLP”, embora haja “interesses na sua manutenção”. Ao contrário do que acontece na Guiné Equatorial, “o relacionamento de um angolano ou de um moçambicano com Portugal é profundo, sincero e efectivo”, defende. E remata, dizendo que “um passaporte comum” – um desígnio de sempre da CPLP, que voltou a ser recuperado na Cimeira de Brasília de 2016 (ver ponto 2.3) – era um dos instrumentos que Aparecido de Oliveira e Agostinho da Silva preconizavam, assim como “uma universidade comum”, entre “outras coisas que depois foram sendo boicotadas”.

1.4 – A viabilidade económica da organização

Citado por Mourão, o professor e filósofo Eduardo Lourenço lembra que sem um mínimo de mitologia cultural partilhada a Comunidade fica limitada ao pragmatismo da língua (2002: 16). Uma organização circunscrita à promoção da língua é, antes de mais, uma organização que não cumpre, na totalidade, os objectivos gerais e os princípios orientadores que estiveram na base da sua fundação. Com efeito, antes de se referirem à “materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”, os objectivos gerais da CPLP aludem à “cooperação em todos os domínios”. No artigo 5º dos mesmos Estatutos, a “promoção do desenvolvimento” e a “promoção da cooperação mutuamente vantajosa” estão entre os princípios orientadores. Depreender destas palavras uma especial vocação para os negócios requer um exercício de alguma abstracção e as tímidas referências poderão contribuir para explicar a relativa incapacidade da CPLP em afirmar-se como uma plataforma económica. Os apelos são, contudo, múltiplos, alguns vindos do interior do universo CPLP.

Numa intervenção no colóquio “CPLP: Uma Oportunidade Histórica”, proferida a 7 de Fevereiro de 2012 e recuperada no documento comemorativo dos 18 anos supracitado, Joaquim Chissano aborda a necessidade de se “intensificar a cooperação económica e empresarial”. “Sendo indiscutível que é preciso continuar a difusão da língua portuguesa [...], não tenho dúvida que a cooperação económica e empresarial é o cimento que reforça uma organização de povos”, acrescenta o antigo Presidente de Moçambique (2014: 24). No mesmo colóquio, Jorge Sampaio defendeu que sendo a língua “um ponto de aproximação e um cimento aglutinador”, “a CPLP tem de ser mais do que isso” (2014: 26). Se “há oportunidades de negócio, de valorização sustentada de recursos económicos e estratégicos num determinado país ou região”, é necessário preparar “os instrumentos

apropriados que potenciem os investimentos na salvaguarda dos interesses recíprocos” (2014: 27).

Segundo Pereira (2013), urge estreitar as relações económicas e comerciais entre os países lusófonos, através, entre outras medidas, da criação de “um órgão coordenador para a pasta [da] integração económica na CPLP”, da “harmonização dos regimes fiscais, de forma competitiva”, da instauração de “um centro de arbitragem”, capaz de “garantir a segurança jurídica”, e da constituição de “um fundo de financiamento das acções para o desenvolvimento económico” (2013: 80). A académica fala ainda da necessidade de, uma vez legitimado, o órgão coordenador fazer “um levantamento das legislações nacionais existentes no âmbito das políticas económicas e comerciais” (2013: 81). O objectivo seria sintetizá-las numa legislação única que contemplasse os interesses dos Estados-membros no quadro da CPLP. No entanto, como também lembra, essa síntese teria de respeitar os limites impostos pela pertença dos países a blocos regionais, “com objectivos por vezes díspares” e que constituem “um entrave a uma maior integração lusófona” (2013: 81).

No capítulo 3, através de uma análise detalhada das actividades desenvolvidas pela CPLP nos triénios 2011-14 e 2014-17, inferiremos se a adesão da Guiné Equatorial terá sido uma tentativa de a organização explorar mais a vertente económica e, em caso afirmativo, se foi bem-sucedida nesse intento.

1.5 – CPLP, Commonwealth e Francofonia

Nas teorias das relações internacionais, a que já aludi brevemente atrás, muito se tem discutido sobre a necessidade de fazer ajustamentos num contexto de globalização competitiva. Os países vêm-se impelidos a unir-se em blocos para poderem concorrer com outros países ou blocos económicos. Uma das fórmulas encontradas para enfrentar os problemas que advêm dessa competição à escala global é, justamente, a integração económica regional, tantas vezes acompanhada pela criação de espaços linguísticos. Trata-se de um processo de adaptação às sucessivas novas ordens mundiais, mas o objectivo último será sempre o de afirmação geopolítica no plano internacional. Duas das grandes potências europeias, Inglaterra e França, perceberam-no e operaram movimentos de aproximação e cooperação com as suas antigas colónias. Já Portugal, que só muito tardiamente avançou com a descolonização, também só muito tarde logrou começar a reconstruir um espaço lusófono. E fê-lo, curiosamente, a reboque do Brasil (uma ex-

colónia particular, uma vez que se declara independente logo no primeiro quartel do século XIX), ainda que com contributos dos demais, para o estabelecimento das bases teóricas fundadoras do que viria a ser a CPLP.

Adriano Moreira sugere que “os vários futuros que dinamizam a formação de novas fronteiras conduzem os diversos territórios para grandes espaços diferenciados” (1999: 474). Apesar de a CPLP já existir há três anos quando escreve estas linhas, Moreira prefere, no caso português, referir-se à União Europeia (UE): “foi assim que Portugal aderiu à [UE], onde se procura uma nova definição das soberanias e do poder político, sem renunciar à lusofonia, tal como a França não renunciou a uma presença africana que se aproxima da função de *gendarme*, tal como a Inglaterra não renunciou a manter e desenvolver a Commonwealth” (Moreira, 1999: 474). Serve este ponto da dissertação para traçar linhas de continuidade ou descontinuidade da comunidade lusófona face às comunidades anglófona e francófona.

A Commonwealth of Nations (aqui referida na sua forma abreviada como Commonwealth) e a Organisation Internationale de la Francophonie (doravante referida apenas como Francofonia) precedem em muitos anos a fundação da CPLP e ultrapassam-na em número de membros. A Commonwealth foi formada a 26 de Abril de 1949, sendo actualmente constituída por 52 países independentes¹⁹. A criação da Francofonia remonta a 20 de Março de 1970, contando a organização internacional com 84 Estados-membros e observadores²⁰. No cruzamento dos Estados-membros das três organizações, verifica-se que apenas Moçambique integra tanto a CPLP como a Commonwealth. O país lusófono foi, de resto, o primeiro sem um passado colonial britânico nem ligação constitucional ao Reino Unido a ser admitido na Commonwealth²¹, em 1995, seguindo-se-lhe o Ruanda, em 2009. Já a Francofonia consegue agregar quatro países da CPLP como Estados-membros (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe) e um como Observador (Moçambique), todos eles africanos.

As três organizações pertencem ao mesmo grupo quando entendidas como blocos económicos, “aqueles caracterizados por grande área geográfica, baixa renda (PIB) e não muito elevada população” (Rodrigues, 2016: 97). Desse grupo também fazem parte a

¹⁹ thecommonwealth.org/sites/default/files/inline/FastFactsOnTheCommonwealth-6March2017.pdf (consultado em 09/08/2017).

²⁰ www.francophonie.org/-Qu-est-ce-que-la-Francophonie-.html (consultado em 09/08/2017).

²¹ Após a entrada de Moçambique, “a Commonwealth tem sido pressionada para que as regras de admissão de novos membros sejam mais restritivas, lendo como particular relevância o aspecto selectivo da língua que teria de ser obrigatoriamente a inglesa, e a obrigatoriedade de um passado de ligação constitucional com um dos Estados-membros da Commonwealth” (Domingues, 1998: 3).

União Africana (UA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)²² e a Liga Árabe. Na categorização de Rodrigues, a CPLP, a Commonwealth e a Francofonia têm ainda um outro traço comum: são blocos que apresentam um “desequilíbrio” nas variáveis “gastos militares”, “IDH [Índice de Desenvolvimento Humano]” e “gastos com P&D [pesquisa e desenvolvimento]”. À semelhança da UA, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), as comunidades lusófona, anglófona e francófona apresentam “elevados gastos militares em relação ao IDH e a P&D” (2016: 98). O equilíbrio entre as três variáveis encontra-se, por exemplo, na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e na UE, beneficiando estes blocos de “uma forte presença de países desenvolvidos” (2016: 98).

A Commonwealth tem um historial de retiradas e suspensões de Estados-membros, tendo a Gâmbia e o Zimbabué decidido retirar-se voluntariamente. Os casos de suspensão são tradicionalmente medidas temporárias, seguidas, nos casos da Nigéria, do Paquistão e das Ilhas Fiji, do levantamento da suspensão (estes dois últimos por duas vezes)²³. Quanto à Francofonia, existe uma jurisprudência para o pronunciamento sistemático da suspensão de qualquer país-membro cuja alternância do poder não ocorra por via democrática. Guiné-Conacri, Mauritânia, Mali e Madagáscar são alguns dos países que já foram sujeitos a suspensão, sendo que também neste caso está previsto o seu levantamento.

Num artigo intitulado “CPLP, Commonwealth e Francofonia – uma análise comparativa” (2014), citado pela agência de notícias Lusa²⁴, a politóloga Elisabete Azevedo-Harman identificou algumas diferenças entre as três organizações. Segundo a analista da Chatham House, a Francofonia dá maior relevância à língua francesa como condição de adesão, enquanto a Commonwealth elege como principal critério a demonstração por um Estado candidato do compromisso com a democracia. Já a CPLP foi sempre mais flexível nos critérios de adesão, dando “primariamente relevância à cooperação entre Estados-membros como forma de afirmação global”. A especialista na

²² A OEI é formada pelos países da Península Ibérica e da América Latina, cujas populações falam português e espanhol, e ainda por um único país em África: a Guiné Equatorial.

²³ www.commonwealthofnations.org/commonwealth/commonwealth-membership/withdrawals-and-suspension (consultado em 09/08/2017).

²⁴ noticias.sapo.pt/portugues/lusa/artigo/17356166.html (consultado em 09/08/2017).

África lusófona lembra que, como vimos atrás, nos Estatutos da CPLP existe apenas a figura da suspensão temporária ou definitiva para os Observadores.

Uma sanção desse tipo chegou, contudo, a ser equacionada para a Guiné-Bissau, país fundador da CPLP, na sequência do golpe de Estado em 2012. A hipótese foi avançada pelo embaixador de Moçambique junto das Nações Unidas. Em resposta, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de transição da Guiné-Bissau respondeu que, caso a suspensão se verificasse, o executivo tiraria como conclusão que “a CPLP não se interessa pelo povo da Guiné-Bissau, [nem] pelos crimes de sangue que aconteceram nos últimos anos [...], nem se interessa pelos crimes económicos que aconteceram [no país]. A CPLP só se interessa por uma só pessoa e essa pessoa chama-se Carlos Gomes Júnior [primeiro-ministro deposto]”²⁵. A suspensão nunca chegou a concretizar-se, não tendo a organização qualquer registo de sanções.

²⁵ www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-vai-manter-se-na-cplp-garante-mne-de-transicao_n588722 (consultado a 08/08/2017).

CAPÍTULO 2 – Guiné Equatorial: de Observador a membro de pleno direito

2.1 – O roteiro para a adesão

Não havendo ainda uma análise sistemática da entrada da Guiné Equatorial na CPLP, como há para a adesão de outros países a outras organizações internacionais, pretende esta dissertação contribuir para esse debate. No site oficial da organização, a informação sobre o país é escassa²⁶. Na secção reservada aos Estados-membros, este é o único país que não merece referência aos recursos económicos. A informação disponibilizada limita-se à designação oficial, à capital, a outras cidades importantes, às línguas oficiais e à unidade monetária. Em seguida, é fornecido o endereço web do governo da Guiné Equatorial²⁷, que, mais de três anos após a adesão à CPLP, continua a ser apresentado nos idiomas castelhano, francês e inglês. O português não consta.

Já vimos, todavia, como entre 2006, ano em que recebeu o estatuto de Observador Associado, e 2014, ano em que passou a membro de pleno direito, a Guiné Equatorial acedeu a um conjunto de vantagens previstas nos Estatutos (artigo 7º, ponto 3). O país beneficiou da qualidade de Observador Associado “a título permanente”, pôde participar, “sem direito a voto”, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo e no Conselho de Ministros, foi-lhe facultado o acesso à “correspondente documentação não confidencial”, pôde ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizado e ser convidado para reuniões de carácter técnico.

No quadro da aproximação à lusofonia com vista à integração na CPLP, em 2007 o português é decretado como língua oficial. No entanto, como nota Sá (2016: 156), a língua “não surge referida no artigo 4º da Constituição, reformada em 2011, ao lado do castelhano e do francês”. Também “não se conhecem os procedimentos conducentes a uma planificação curricular do ensino do português, a ser elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência em conjunto com o [IILP], que se mencionam nos memorandos das visitas de missões da CPLP à Guiné Equatorial”, aponta ainda a investigadora. A adopção e utilização da língua portuguesa no país é apenas um dos cinco eixos estratégicos²⁸,

²⁶ www.cplp.org/id-4452.aspx (consultado a 08/08/2017).

²⁷ www.guineaequatorialpress.com (consultado a 08/08/2017).

²⁸ Os cinco eixos estratégicos eram: 1) adopção e utilização da língua portuguesa na Guiné Equatorial, 2) acolhimento e implementação do acervo comunitário, 3) reabilitação da memória histórica e cultural, 4) comunicação institucional e 5) promoção e integração da sociedade civil nas actividades da CPLP. Eles acabam por ser reduzidos a quatro porque este último “nunca foi objecto de comentário ou desenvolvimento nos Memorandos das Missões da CPLP à Guiné Equatorial desde 2012” (Sá, 2016: 156).

depois reduzidos para quatro, do roteiro estabelecido pela CPLP para a adesão. Os passos mais concretos para a entrada do novo Estado-membro começam a ser dados a 20 de Fevereiro de 2014, data da reunião em sessão extraordinária dos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP, em Maputo.

No texto intitulado “Adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito”, incluído no documento comemorativo dos 18 anos já amplamente citado, lê-se que “o Conselho de Ministros registou, com agrado, os avanços recentes ocorridos na implementação do programa de adesão, encorajando o país candidato a consolidar esses passos, de modo a garantir a obtenção de resultados efectivos e que se projectem no futuro” (2014: 120). Em particular, os ministros saudaram “o anúncio da adopção de uma moratória da pena de morte, com efeitos imediatos, medida que permitirá à Guiné Equatorial aproximar-se, muito significativamente, do núcleo de princípios fundamentais em que assenta a CPLP”. Quando, em Junho de 2010, o país solicitou formalmente a sua adesão como membro de pleno direito, afirmou o compromisso de adoptar os princípios orientadores constantes nos Estatutos da organização²⁹. No mesmo texto, refere-se que “é necessário tempo de aprendizagem e prática de uso” da língua, pelo que foi formado “um convénio de cooperação técnica entre a Guiné Equatorial e [o] IILP”, com vista à implementação de um plano de acção para a difusão da língua portuguesa no país no período compreendido entre 2012 e 2020 (2014: 121).

Um dos argumentos invocados para justificar a aproximação à CPLP é a “secular presença portuguesa” na Guiné Equatorial, uma presença que “não é real” (Sá, 2016: 156). O Fá d’Ambô, um crioulo de base lexical portuguesa usado pela população ambô, foi outro do enquadramento cultural feito. No entanto, lembra a investigadora, também o francês foi tornado língua oficial num país de expressão castelhana para que, em 1989, a Guiné Equatorial integrasse a Francofonia e isso “não implicou que o ensino [da língua] tenha sido objecto de especial cuidado nos currículos escolares” (2016: 156). O resgate de um passado e de uma língua comuns, no sentido de aproximar da Comunidade o então candidato a novo Estado-membro, inscreve-se no conceito de tradição inventada, tão caro a Eric Hobsbawm. Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites. Essas práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao

²⁹ Consultar o artigo 5º dos Estatutos da CPLP, reproduzido atrás.

passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado³⁰ (Hobsbawm & Ranger, 1984: 9).

Apesar das críticas de incumprimento do roteiro para a adesão, feitas por responsáveis políticos e organizações não-governamentais, o chefe da missão da Embaixada da Guiné Equatorial em Lisboa, Arsenio Moro-Malonga, defendeu, em entrevista, que “tem havido muito progresso e interesse por parte do país e muito apoio por parte da CPLP”. À margem do colóquio “Guiné Equatorial, a nova fronteira da CPLP”, realizado a 14 de Dezembro de 2016, em Lisboa, o responsável acrescentou que a língua portuguesa “é uma aposta oficial no ensino desde os estudos primários”, estando o executivo a trabalhar “para levar o português até ao nível universitário”. Mas Moro-Malonga lembra: “sozinhos não podemos aprender a língua, necessitamos do apoio dos portugueses para que nos ensinem o português”. Já o cônsul honorário de Portugal na Guiné Equatorial, Manuel de Azevedo, defende que “a língua oficial da CPLP lá é oportunhol, não é o português”, sinalizando “as dificuldades de comunicação entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores locais”. Interpelado no mesmo colóquio, o cônsul honorário atribui a responsabilidade a “ambas as instituições, o governo da Guiné Equatorial e a CPLP”, sublinhando que “as empresas estão a substituir um bocadinho” a organização no ensino da língua.

Quanto à abolição da pena de morte, Moro-Malonga refere que “se houvesse um referendo, a população diria ‘não’ porque se trata de uma questão cultural”. “Deixar um assassino sem o castigar como merece é um choque para a nossa população. Por isso, é preciso ir formando e informando a população da necessidade de abolir a pena de morte”, defende, garantindo que “a Guiné Equatorial não voltou a executar ninguém desde a entrada na CPLP”.

2.2 – A Cimeira de Díli

No dia da adesão, 23 de Julho de 2014, Adriano Moreira disse, numa reportagem do Canal Q, que o processo lhe lembrou uma frase que considera importante: “não é a seta que está

³⁰ No mesmo texto que serve de introdução à obra *A Invenção das Tradições*, organizada por Hobsbawm & Ranger, o primeiro dá o que classifica como “exemplo notável” de uma tradição inventada: “a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara partindo exactamente do mesmo plano básico anterior” (1984: 9).

a procurar o alvo, o alvo é que está a atrair a seta”. O professor universitário classificou ainda como “deplorável que se tivesse tomado esta decisão”.

A Cimeira de Díli, como é conhecida a reunião que oficializou a adesão da Guiné Equatorial à CPLP, foi a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. No caderno que resultou da reunião, escreve-se no ponto 6 da Declaração de Díli que os dirigentes “aprovaram a adesão da Guiné Equatorial como Estado-membro da CPLP, reiterando o empenho da Comunidade em continuar a apoiar as autoridades do país no pleno cumprimento das disposições estatutárias da CPLP, no que respeita à adopção e utilização efectiva da língua portuguesa, à adopção da moratória da pena de morte, até à sua abolição, e demais acervo da CPLP no respectivo ordenamento interno da Guiné Equatorial” (2014: 7). No mesmo texto, mas no ponto 5, lê-se que os dirigentes se congratularam com “a escolha de ‘A CPLP e a Globalização’ como tema da X Conferência” e “reconheceram a necessidade de dotar a CPLP de uma estratégia sobre a cooperação económica e empresarial e identificar possíveis mecanismos para o apoio ao investimento e negócios no espaço comunitário, com vista a dinamizar a inserção da CPLP no contexto da globalização, onde se insere a língua portuguesa” (2014: 7). Não é, pois, abusivo fazer coincidir a entrada da Guiné Equatorial com um maior interesse da CPLP em explorar a sua vertente económica: isso mesmo é referido no documento-síntese da Cimeira de Díli em dois pontos sucessivos. No capítulo 3 desta dissertação, analisaremos se a organização foi bem-sucedida nos três primeiros anos após identificar a necessidade de dotação de uma estratégia para a cooperação económica e empresarial e de plataformas de apoio aos negócios.

No ponto 8 do documento suprarreferido, elenca-se uma série de medidas no âmbito da concertação política e diplomática, designadamente “o apoio à pretensão de África em estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas” (2014: 9) e “a vontade política comum de promover a imagem da CPLP através do endosso de candidaturas dos seus Estados-membros a cargos e funções em organizações internacionais”, incluindo o apoio às candidaturas “de Angola como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biénio de 2015-2016” (2014: 10). O primeiro intento não foi conseguido, ainda que não dependa apenas da CPLP ver um país africano representado como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Já a segunda pretensão concretizou-se efectivamente, tendo Angola ocupado o assento no mandato de dois anos referido. No entendimento do ministro português dos Negócios Estrangeiros,

Augusto Santos Silva, essa posição foi importante, por exemplo, no apoio à candidatura de António Guterres a secretário-geral das Nações Unidas. Numa entrevista concedida no âmbito desta dissertação, o governante lembra que, em 2016, “Angola, que era o país da CPLP no Conselho de Segurança, e, portanto, um dos votantes, foi absolutamente inequívoca, clara e límpida no apoio da primeira à última hora à candidatura”. Também a Assembleia Parlamentar da CPLP manifestou o seu apoio por unanimidade, mostrando que 2016 “foi um ano que provou bem os enormes benefícios que Portugal retira da concertação político-diplomática no seio da CPLP”, refere o governante.

Nas páginas finais do documento-síntese da Cimeira de Díli (2014: 63-65), podem ser consultadas as resoluções sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP e do IILP para o exercício de 2015. No primeiro caso, constata-se que a Guiné Equatorial foi o quinto contribuinte líquido entre os Estados-membros, ao lado de Timor-Leste, e depois do Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. O país contribuiu com €204.295,99 num Orçamento total de €2.734.731,15. Quanto ao financiamento do IILP para 2015, a Guiné Equatorial surge na quarta posição, que, na realidade, é o fundo da tabela, ao lado da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, destacando-se o Brasil e Portugal no topo da tabela, com a mesma contribuição. A Guiné Equatorial contribuiu com €7.428,00 para um total de €255.028,16.

2.3 – A nova visão estratégica

Se a Cimeira de Díli foi o encontro que oficializou a entrada da Guiné Equatorial na CPLP, com visível desconforto junto da delegação portuguesa, a Cimeira de Brasília, realizada dois anos depois, foi o encontro onde continuou a notar-se mal-estar pela presença do país de Teodoro Obiang na comunidade lusófona. Conforme relato feito pelo jornal Público³¹, nos discursos de abertura da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a 31 de Outubro de 2016, apenas o presidente de Timor-Leste saudou a presença do novo Estado-membro. Apesar de, na altura, já fazer parte da CPLP há mais de dois anos, a Guiné Equatorial só entregou a ratificação da sua entrada três dias antes da Cimeira.

Na entrevista concedida para esta dissertação, Augusto Santos Silva, que participou no encontro na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal,

³¹ www.publico.pt/2016/10/31/politica/noticia/obiang-o-elefante-na-sala-da-cplp-1749553 (consultado em 13/08/2017).

defendeu que “a nova visão estratégica, aprovada na Cimeira de Brasília, define uma nova ambição para [os] objectivos” estratégicos da CPLP. Essa nova ambição passa pela “necessidade de reforçar a actividade do IILP, de encontrar um novo papel para os Observadores Associados e de estimular a cidadania no âmbito da CPLP”, sintetiza o ministro. Em concreto, trata-se de “criar um regime de mobilidade próprio” da Comunidade. “Se nós conseguirmos que um cidadão angolano possa trabalhar no Brasil, em Portugal, Moçambique ou Timor-Leste nas mesmas condições de um cidadão local, teremos dado um passo de gigante na criação de um espírito da CPLP junto das pessoas”, explica. E acrescenta: “para que isso seja possível, é preciso que esses cidadãos tenham autorização de residência nos países, que vejam reconhecidas as suas habilitações escolares e as suas qualificações profissionais e que os seus direitos sociais – isto é, os descontos que fazem quando trabalham em Cabo Verde para o sistema de Segurança Social do país – possam ser considerados quando depois formam as suas pensões em Portugal ou na Guiné-Bissau”.

Questionado sobre a possibilidade de, com a entrada do mais recente Estado-membro, a vocação linguística e o respeito pelos direitos humanos poderem ter deixado de ser prioridade da CPLP para esta se focar mais numa vertente predominantemente económica, Augusto Santos Silva rejeita a hipótese. “Se houvesse essa mudança, ela seria anti-estatutária”, disse, acrescentando que “é preciso não confundir a CPLP com um dos seus Estados-membros”. “Portugal tem instado a Guiné Equatorial a cumprir [o] roteiro [para a adesão] e tem notado que esse cumprimento tem ficado aquém do ritmo necessário”, reconhece o responsável. Quanto à abolição da pena de morte, “quando são interrogadas – e são sempre interrogadas por Portugal –, as autoridades da Guiné Equatorial dizem que o processo legislativo foi concluído e que falta apenas a assinatura do Presidente. E nós respondemos que [o processo] de abolição só se conclui com todos os procedimentos.” Em Brasília, o país solicitou apoio técnico-jurídico para as mudanças a fazer no Código Penal, o que, na opinião do ministro português, faz sentido porque, “abolida a pena de morte, a proporcionalidade das penas obriga a que se use outro termo de comparação”. Portugal e outros Estados-membros da CPLP ofereceram esse apoio, que “será prestado logo que a Guiné Equatorial o reclame”.

Quanto ao ensino do português, Santos Silva defende que “a melhor maneira de difundir a língua é apostar na formação de professores”, tendo Portugal indicado “toda a sua disponibilidade”. No entanto, o governante reconhece que “deveria haver um muito maior esforço da parte das autoridades da Guiné Equatorial”.

2.4 – Ganhos internacionais com a adesão

Apesar de a questão energética nunca ser referida no roteiro para a adesão, “esta parece ter sido fundamental para a entrada do país hispanoparlante e para reforçar a CPLP como um bloco produtor de petróleo” (Sá, 2016: 157). A “reorientação dos princípios basilares da instituição conformará de forma mais coerente as complementaridades económicas e a legitimação internacional do regime” de Obiang, defende Sá (2016: 157), juntando-se a investigadora àqueles que apontam estas como as verdadeiras razões para a adesão.

Com efeito, é difícil não reconhecer como positivo o saldo internacional que a Guiné Equatorial retira do período pós-adesão. A título de exemplo, refira-se que, a 25 de Maio de 2017, o país se tornou o 14º a entrar para a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), culminando um processo de adesão de oito anos. Do bloco lusófono é o segundo país, depois de Angola, a integrar o cartel petrolífero que representa a maioria da produção mundial de petróleo. Poucos dias depois, a 2 de Junho, a Guiné Equatorial era eleita pela Assembleia-Geral da ONU para um mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança, posição que assume a 1 de Janeiro de 2018. Em comunicado, o embaixador do país em Lisboa agradeceu o apoio dos restantes membros da CPLP na eleição, enquanto a Secretária Executiva da Comunidade se congratulou com a escolha. Citada pela agência de notícias Lusa³², Maria do Carmo Silveira defendeu que “é muito importante para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa ver um dos seus membros ser eleito para o Conselho de Segurança da ONU. Dignifica a CPLP”. “Será bastante importante a CPLP ter um interlocutor a esse nível. Poderá falar pela organização e pelos seus Estados-membros”, disse, acrescentando que esta é também “uma forma de o português entrar e estar presente” no mais importante órgão das Nações Unidas. “Só pode ser bom para todos nós”, concluiu.

³² www.dn.pt/lusa/interior/guine-equatorial-podera-falar-pela-cplp-no-conselho-seguranca-da-onu---cplp-8537793.html (consultado em 18/08/2017).

CAPÍTULO 3 – A actuação da CPLP antes e depois da adesão da Guiné Equatorial

Conforme descrito na secção dedicada à metodologia, trata-se agora de coligir as actividades nas áreas de actuação da CPLP nos três anos imediatamente anteriores à adesão da Guiné Equatorial e nos três primeiros anos do país como membro de pleno direito. Para isso, foram elaboradas duas extensas tabelas Excel, com centenas de entradas³³. O que se apresenta em seguida são interpretações dos quadros-resumo dos triénios em análise (disponíveis nos Anexos), com particular enfoque nas duas áreas em que a CPLP mais se destacou.

3.1 – Levantamento das actividades e quadros comparativos

3.1.1 – Levantamento das actividades no triénio 2011-2014

O levantamento das actividades realizadas pela CPLP, entre 23 de Julho de 2011 e 23 de Julho de 2014, foi feito depois de apurados os resultados do triénio seguinte (consultar o ponto 3.1.2, que se apresenta abaixo). O foco da análise incidiu sobre as áreas da Língua Portuguesa e Cultura e da Economia e Empresas, ou seja, as que mais se notabilizaram entre 2014 e 2017 e sobre as quais era necessário fazer um estudo comparativo.

No intervalo de tempo analisado, as actividades relacionadas com a língua registaram 126 ocorrências. Destas, afigura-se-me relevante destacar a assinatura do protocolo de cooperação entre a Guiné Equatorial e a CPLP (22 de Fevereiro de 2012) e o lançamento pelo IILP do livro *Fá d'Ambô: Herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial* (18 de Julho de 2012). No entanto, merecem também destaque as actividades que se apresentam no Quadro 1 (Anexos, pág. 51) por darem conta da actuação do IILP, a instituição do universo CPLP que detém o pelouro da língua portuguesa. O protocolo de cooperação entre a Guiné Equatorial e o IILP³⁴, assinado por Pastor Micha Ondo Bile, ministro de Assuntos Exteriores, Cooperação Internacional e Francofonia, e pelo Director

³³ As tabelas podem ser descarregadas através destes links:

masterinternationalstudies.files.wordpress.com/2017/09/levantamento-de-actividades-da-cplp-23-julho-2011-23-julho-2014-acc81reas-economia-e-empresas-licc81ngua-portuguesa-e-cultura.xlsx (para o primeiro triénio de análise, nas áreas Economia e Empresas e Língua Portuguesa e Cultura) e masterinternationalstudies.files.wordpress.com/2017/09/levantamento-de-actividades-da-cplp-23-julho-2014-23-julho-2017.xlsx (para o segundo triénio de análise).

³⁴ O protocolo pode ser descarregado neste link

www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=Files/Filer/PROTOCOLO+DE+COOPERA%26Ccedil%3b%26Atilde%3bO+GE+IILP+Portugu%26ecirc%3bs+Final.pdf (consultado em 20/08/2017).

Executivo do IILP, Gilvan Müller de Oliveira, a 7 de Fevereiro de 2012, merece particular atenção. O documento começa por considerar que “a língua portuguesa é uma das línguas oficiais da República da Guiné Equatorial” e que “a promoção da língua portuguesa e de todo o património linguístico do país é uma questão do Estado Equato-Guineense e da sua soberania nacional”. Escreve-se ainda que constitui “objectivo da Guiné Equatorial criar as condições necessárias para a formulação de políticas e decisões que concorram relevantemente para a afirmação da língua portuguesa como língua estratégica de comunicação internacional para o país, no contexto regional e fora dele” e que o país se compromete a “desenvolver actividade própria ou em parceria com o IILP, visando que a língua portuguesa seja mais um instrumento essencial de afirmação da identidade e da soberania, da vitalidade cultural, científica, política e económica e do diálogo, solidariedade e cooperação entre os 250 milhões de falantes do idioma comum” (2011: 1-2). Na cláusula II, o IILP e o governo da Guiné Equatorial comprometem-se a realizar “um ou mais Cursos de Política Linguística para Altos Funcionários”, a cooperar para “a criação de dois centros de ensino da língua portuguesa”, a conduzir “a pesquisa *O Crioulo de Annobón no contexto dos Crioulos Portugueses na África*, com o objectivo de mostrar [os] vínculos do país com o mundo de língua portuguesa” e a “ministrar Cursos de Português para Funcionários de Ministérios de Estado, especialmente voltados para o relacionamento com a CPLP, de modo a capacitá-los para o exercício profissional em língua portuguesa” (2011: 2-3), entre outras obrigações. Este protocolo, assinado cerca de três anos e meio antes da adesão da Guiné Equatorial à CPLP, poderá servir de matriz especialmente dotada para avaliar o grau de cumprimento ou incumprimento das obrigações acordadas.

Uma das áreas em que se registou efectivo cumprimento foi a pesquisa do crioulo. Em Julho de 2012, era lançado *Fá d’Ambô: Herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*, um livro organizado pela investigadora Rosângela Morello e que resultou da acção prevista no Protocolo de Cooperação Técnica entre o governo da Guiné Equatorial e o IILP. A obra apresenta as pesquisas realizadas em Março desse ano em Malabo e Ano Bom, na Guiné Equatorial, e traça um panorama histórico da emergência do crioulo de base portuguesa.

Nos domínios económico e empresarial, contabilizaram-se, no triénio 2011-2014, 143 actividades, o que representa uma ligeira prevalência da área Economia e Empresas sobre a área Língua Portuguesa e Cultura. O Quadro 2 (Anexos, pág. 51) destaca algumas das mais relevantes e serve para exemplificar como as expressões “fazer negócios”,

“potencial económico da língua” e “lusofonia económica” entraram definitivamente no léxico da CPLP. A conferência sobre Lusofonia Económica, realizada em Março de 2013, serviu para dar a conhecer às empresas os desafios e as oportunidades que o projecto com o mesmo nome pode impulsionar. Trata-se de um projecto da Associação Industrial Portuguesa – Câmara de Comércio e Indústria, com a parceria estratégica da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, com o objectivo de dinamizar a competitividade das empresas portuguesas, fomentando os investimentos e as exportações para os países da CPLP e para os respectivos mercados regionais onde os países se encontram inseridos.

3.1.2 – Levantamento das actividades no triénio 2014-2017

Após um levantamento exaustivo (no site e na documentação disponibilizada pela CPLP) das actividades realizadas nas várias áreas de actuação, entre 23 de Julho de 2014 e 23 de Julho de 2017, elaborou-se o Quadro 3 (Anexos, págs. 52 e 53). Há três áreas que se destacaram nos três primeiros anos da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP: Língua Portuguesa e Cultura (157), Economia e Empresas (172) e Transportes (190). No entanto, esta última deve ser desconsiderada para este estudo porque, como se refere no quadro, o levantamento foi feito a partir de um site, para o qual a página oficial da CPLP remete, que reúne notícias de inúmeras fontes, algumas delas sem ligação óbvia à organização. Desse directório de fontes cruzadas resultou um número bastante inflacionado (190 actividades registadas, em termos absolutos, nos três anos).

Só uma análise descuidada levaria a concluir que o sector dos Transportes foi o que mais beneficiou com a entrada da Guiné Equatorial no espaço lusófono. Sugere-se aos interessados nesta área um rastreio rigoroso sobre quais das 190 actividades estão efectivamente relacionadas com a CPLP para se chegar a valores mais próximos da realidade. Não é esse, contudo, o foco desta dissertação.

Concentremo-nos, pois, no trabalho desenvolvido no âmbito da CPLP nas áreas da Língua Portuguesa e Cultura e da Economia e Empresas para prosseguirmos com a análise comparativa dos triénios. O Quadro 4 (Anexos, pág. 53) apresenta algumas das actividades desenvolvidas em ambas as áreas. Comparando os Quadros 1 (2011-2014) e 4 (2014-2017), conclui-se que a actividade do IILP, registada pelos canais oficiais da própria CPLP, decaiu ligeiramente. No entanto, essa análise quantitativa, por devolver resultados muito próximos, não se afigura relevante. De maior importância é a análise

qualitativa daquilo que o IILP desenvolveu nos últimos três anos, já com a Guiné Equatorial na Comunidade. Nenhuma das nove notas informativas, cujos títulos se reproduzem no Quadro 4, refere o mais recente Estado-membro. Há, todavia, duas que merecem atenção particular. A primeira diz respeito a um memorando para a cooperação e promoção da língua portuguesa, assinado a 31 de Outubro de 2016, em Brasília, entre o IILP e a República da Namíbia. Segundo a nota informativa divulgada³⁵, o memorando destina-se a “estabelecer formas de colaboração para desenvolver planos de promoção da língua portuguesa, formação de quadros para actuar em língua portuguesa, formação de professores para os diferentes níveis do sistema educativo, desenvolvimento de pesquisa e projectos envolvendo o idioma em contextos a definir”. Tendo sido admitida como Observador Associado da CPLP em 2014, a Namíbia conta o inglês, o afrikaans e o alemão entre as línguas nacionais reconhecidas. Apesar de terem sido os navegadores Diogo Cão (em 1485) e Bartolomeu Dias (no ano seguinte) os primeiros europeus a desembarcar e a explorar a região, a Coroa portuguesa não a tentou reclamar. No entanto – e apesar de já pertencer a uma comunidade linguística, a Commonwealth, desde 1990, a Namíbia parece apostada em aprofundar uma aproximação à CPLP.

A segunda nota informativa³⁶ que merece destaque data de Junho de 2017 e apresenta-se com um título vago: “IILP organiza encontros para impulsionar a língua portuguesa”. Contudo, a sua leitura integral e o visionamento dos vídeos associados fornecem um dado curioso: a formação sobre terminologias científicas e técnicas comuns terminou com a realização de duas oficinas para a validação de “listas parciais de termos identificados no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, na[s] área[s] da informática e do petróleo”.

No Quadro 5 (Anexos, pág. 54), que, à semelhança dos anteriores, pretende ser ilustrativo e não representativo, são destacadas algumas das actividades desenvolvidas pela CPLP no domínio económico-empresarial no triénio 2014-2017. Além da atenção dedicada à região da Ásia-Pacífico, cujo eixo principal de actuação seria Timor-Leste, e a noções como economia de mercado, empreendedorismo, empresariado lusófono, globalização económica e oportunidades de investimento, há um par de actividades que comprometem directamente a Guiné Equatorial.

³⁵ A nota informativa pode ser lida em www.cplp.org/Default.aspx?ID=4447&Action=1&NewsId=4668&M=NewsV2&PID=10872 (consultado em 20/08/2017).

³⁶ A nota informativa pode ser lida em www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5150&M=NewsV2&PID=10872 (consultado em 20/08/2017).

Entre 5 e 7 de Outubro de 2016, Malabo acolheu a I Reunião Técnica da Energia da CPLP num evento co-presidido pelo ministro timorense do Petróleo e Recursos Minerais e pelo ministro da Indústria e Energia da Guiné Equatorial. A reunião de três dias incluiu um encontro dos representantes das companhias energéticas da Comunidade, subordinado ao tema “O Potencial Energético da CPLP”, além de visitas técnicas às empresas do sector energético do país. As empresas visitadas foram a SEGESA – Sociedad de Electricidad de Guinea Ecuatorial, a GEPetrol (a petrolífera equatoguineense), a SONAGAS – Sociedad Nacional del Gas de la República de Guinea Ecuatorial e a Punta Europa, uma empresa de gás natural liquefeito. Estas deslocações técnicas de altos representantes e delegados da CPLP ajudam a reforçar a ideia de que a adesão da Guiné Equatorial se terá devido mais a interesses económicos (petróleo, electricidade e gás natural) do que a vínculos linguístico-culturais.

A segunda nota informativa destacada no Quadro 5 dá conta da reunião, em Lisboa, entre o então Secretário Executivo da CPLP, Murade Murargy, e o vice-ministro de Promoção das Pequenas e Medianas Empresas da Guiné Equatorial, Domingo Mba Esono, em Novembro de 2016. No entanto, tratou-se sobretudo de uma visita de cortesia, como refere a notícia³⁷, não estando disponível qualquer acta do encontro nem declarações dos responsáveis. Segundo a nota, sublinhou-se apenas a importância das pequenas e médias empresas para o crescimento social, tecnológico e económico dos Estados-membros e a possível criação de mecanismos de cooperação económica no espaço da CPLP.

3.1.3 – Análise comparativa dos triénios

Compilando as actividades da CPLP nas áreas de Língua Portuguesa e Cultura e de Economia e Empresas, chegou-se ao Quadro 6 (Anexos, pág. 54). No primeiro triénio (2011-2014), as actividades relacionadas com Economia e Empresas já suplantavam as de Língua Portuguesa e Cultura. Entre um triénio e o outro (2014-2017), ambas as áreas cresceram. Todas as subcategorias económicas subiram, à excepção da actividade alfandegária. Estes dados abrem caminho a, pelo menos, duas hipóteses:

³⁷ A notícia pode ser lida em www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4802&M=NewsV2&PID=10872 (consultado em 20/08/2017).

1) a integração da Guiné Equatorial no espaço lusófono *afinal* não teve por base razões meramente económicas, como alguns críticos da adesão assinalam, uma vez que a performance nessa área prossegue uma trajectória ascendente, mas não dispara com a entrada do novo membro;

2) apesar de uma posição concertada de que a CPLP deveria assumir-se cada vez mais como um *player* económico (posição recolhida em documentos oficiais e defendida por grande parte dos entrevistados no âmbito desta dissertação), a organização avançou timidamente nesse sentido, não descolando grandemente das outras áreas de actividade.

Regressando às teorias das relações internacionais, três autores fornecem definições de integração que interessa aqui destacar: Amitai Etzioni, Ernst B. Haas e Karl W. Deutsch. Os valores de uma comunidade não podem ser impostos de fora, antes emergem da interacção que une os membros dessa comunidade (Etzioni, 1995). Para este autor, uma comunidade “consiste num conjunto de laços sociais ou numa teia social, distintos dos laços pessoais. Esses laços, que em si mesmos são, por regra, neutrais, implicam um conjunto de valores morais e sociais partilhados” (1995: 17). À luz destes enunciados, infere-se que cabe à CPLP – e não a organismos externos – impor os seus valores, ainda que organizações não-governamentais e da sociedade civil de cada um dos Estados-membros possam (e devam) denunciar eventuais incumprimentos dos valores morais, sociais e, concretamente, linguístico-culturais partilhados.

Para Haas (1958), a integração é “um processo através do qual os actores políticos, a partir de diversos enquadramentos nacionais, são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e actividades políticas para um novo centro, cujas instituições detêm, ou reclamam, jurisdição sobre os estados nacionais consolidados” (1958: 16). Referindo-se especificamente à integração europeia, Haas fornece, ainda assim, uma hipótese aplicável à comunidade lusófona (“um novo centro” que, no caso da CPLP, terá de ser um Secretariado Executivo necessariamente mais forte) e uma outra hipótese liminarmente inviabilizada pelos Estatutos [a “jurisdição sobre os estados” é incompatível com a “não ingerência nos assuntos internos de cada Estado” (Estatutos da CPLP, artigo 5º)]. Ambas as hipóteses merecem reflexão: a necessidade de um fortalecimento do papel do Secretário Executivo já foi, de resto, notada pela própria Comunidade; a capacidade

de actuação, estatutariamente limitada, da CPLP deveria ser objecto de debate e eventual reforma.

Se, por fim, entendermos a integração como um processo capaz de conduzir um grupo de pessoas, num determinado território, a um sentido de comunidade e de práticas suficientemente fortes que garantam, por muito tempo, expectativas fiáveis de uma mudança pacífica no seio da população (Deutsch, 1957: 5), então há ainda muito por fazer na CPLP. No ponto 15 do texto “De que falamos quando falamos de lusofonia ou a CPLP como mitologia política”³⁸, o diplomata Paulo Lourenço argumenta que “a adesão das populações a um projecto implica que estas se revejam na expectativa de levar mais longe aquilo que inicialmente não é mais [do] que uma afinidade ou um desejo”. E, no mesmo ponto, conclui que “as sociedades civis, [nas quais], desde a sua criação, a CPLP depositou as suas esperanças [...], ainda não foram conquistadas para a lusofonia e, em muitos casos, parecem até estranhar este conceito”.

3.2 – O papel da diplomacia na monitorização

No relatório final da XXX Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP³⁹, decorrida entre 23 e 26 de Fevereiro de 2015, em Lisboa, Portugal lamenta a ausência da Guiné Equatorial no encontro, revelando “a expectativa de maior compromisso” do novo Estado-membro “face ao esforço de adesão à CPLP”. Também a representante angolana refere a ausência como “uma oportunidade perdida” para a Guiné Equatorial “dar a conhecer o estado de implementação do seu Plano de Acção”. Segundo a representação moçambicana, a ausência “poderia ser interpretada como falta de experiência e conhecimento dos procedimentos da CPLP, e não como uma manifestação de falta de interesse” – uma posição corroborada pela Guiné-Bissau, que refere “a existência de forte cooperação bilateral, [...] na área da construção civil”. Por seu turno, Cabo Verde apela ao “esforço de aproximação, quer a nível bilateral, quer a nível da CPLP” (ponto 8.1, página 15).

³⁸ O texto pode ser lido em www.ipri.pt/images/publicacoes/working_paper/pdf/OP59_PL_Marco_2015.pdf (consultado em 19/09/2017).

³⁹ O relatório final da XXX reunião pode ser descarregado em www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/cooperacao/RPFC/Relatório-XXX-RPFC_APROVADA.pdf (consultado em 22/08/2017).

Poucos meses depois, entre 20 e 21 de Julho de 2015, Díli acolhe a XXXI Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação. No relatório final⁴⁰, a Guiné Equatorial pede “a compreensão de todos, explicando que por vezes a falta de participação nas reuniões da CPLP se deve à dificuldade com a língua”, ressaltando, contudo, estarem as autoridades “cientes que precisam de começar a entrar no ritmo da organização” (ponto 7.7, página 22).

Conforme descrito no documento relativo às competências dos órgãos da CPLP⁴¹, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação “congrega as unidades responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP”. A esse órgão cabe “assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre” (ponto II, pág. 2). Além disso, os Pontos Focais de cada Estado-membro são o “elemento de ligação entre as instituições nacionais – executoras das acções de cooperação para o desenvolvimento – e a CPLP, principalmente por intermédio do Secretariado Executivo” (ponto III, pág. 3 do mesmo documento).

As duas reuniões supracitadas servem para ilustrar a dificuldade que, mesmo internamente e um ano após a entrada da Guiné Equatorial, já se sentia em monitorizar o roteiro para a adesão do novo Estado-membro – um roteiro que, no concernente à língua portuguesa e à abolição da pena de morte, teria em sede de cooperação o seu instrumento de monitorização interna primordial.

Agora que se ultrapassou a marca dos três anos sobre a adesão, o ministro português dos Negócios Estrangeiros aponta “duas maneiras de entender a diplomacia pelos direitos humanos”. Na entrevista para esta dissertação, Augusto Santos Silva afirma haver uma maneira “tipicamente confrontacional, pela qual os países se arrogam uma condição de quase paladinos dos direitos humanos e, a partir dessa posição, criticam os outros”. A segunda abordagem que o governante aponta é aquela em que se “coloca sempre os direitos humanos na agenda e se trabalha com todos também nesse ponto da

⁴⁰ O relatório final da XXXI reunião pode ser descarregado em www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/cooperacao/RPFC/Relatório-XXXI-RPFC_APROVADO.pdf (consultado em 22/08/2017).

⁴¹ O documento pode ser descarregado em www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/cooperacao/RPFC/outros/3.-Antecedentes_-Competencias_-Atribuicoes-e-Methodologia.pdf (consultado em 22/08/2017).

agenda”. Essa segunda via, que o ministro classifica de “não confrontacional”, é “mais positiva, construtiva e mais favorável à promoção dos direitos humanos do que a outra”.

Numa alocução proferida a 31 de Outubro de 2013 e posteriormente incluída no livro *Os Direitos Humanos no Mundo Lusófono – O Estado da Arte* (2015), o conselheiro jurídico da CPLP, Philip Baverstock, revelou que a organização “pretende continuar a promover a necessária e desejável universalização dos direitos humanos – numa perspectiva de cidadania global de direitos – e, também, a desenvolver medidas que fomentem a promoção desses direitos por todos os cidadãos da Comunidade” (2015: 235). No entanto, só “muito recentemente” o Secretariado Executivo iniciou “um processo de aprendizagem no tratamento destas matérias”, reconhecendo Baverstock que “é na troca de informação e de boas práticas entre as instituições representativas dos Estados-membros que poderemos aspirar a uma maior consolidação da nossa Comunidade” (2015: 235-6). Estas linhas são reveladoras da morosidade dos processos no seio da CPLP (que não será muito distinta da vivida noutras organizações internacionais): somente mais de uma década e meia depois da sua fundação é que o “novo centro” (na acepção de Haas) da comunidade lusófona deu início à “aprendizagem no tratamento” de matérias presentes, desde sempre, nos Estatutos (“a CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos”, como se pode ler no ponto 2 do artigo 5º dos Estatutos).

No mesmo texto-alocução, Baverstock reconhece ainda que “os conceitos de segurança humana, direitos humanos e desenvolvimento humano são coincidentes, contingentes e mutuamente reforçáveis” (2015: 238). Essa linha de raciocínio vai ao encontro do pensamento funcionalista de David Mitrany, no sentido em que quanto maior o sucesso da cooperação numa determinada área, maior o incentivo à colaboração noutras. “De acordo com Mitrany, mais do que essencial era possível, através de um processo de aprendizagem cooperativo, substituir as suspeições mútuas por uma confiança crescente, extensível a novos sectores para além daqueles em que a integração já tivesse sido aplicada” (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2003: 650). Transpondo para o nosso estudo de caso – e é curioso como, apesar das décadas que os separam, Mitrany e Baverstock falam ambos de um “processo de aprendizagem” em matéria de cooperação –, seria desejável que a CPLP e a Guiné Equatorial acelerassem o processo de abolição oficial da pena de morte no país e avançassem para o uso efectivo da língua portuguesa. Se o cumprimento dos dois pré-requisitos não pode ser simultâneo (nem tão-pouco foi acautelado antes da

adesão), pelo menos que se faça no sentido de ir substituindo “as suspeições mútuas por uma confiança crescente”.

Numa entrevista concedida para esta dissertação, o Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP faz questão de separar os campos político e económico-empresarial. No que diz respeito à confederação a que preside, José Lobato classifica as relações com a Guiné Equatorial como “excelentes”. “Estamos a desenvolver um projecto de criação de um instituto de formação e certificação da CPLP na Guiné Equatorial e também a criação de dois laboratórios – um em Malabo, outro em Bata – para a certificação dos produtos”, indica o responsável. E acrescenta: “um dos desafios desse país é valorizar os produtos nacionais”, sendo que, para que tal seja possível, é necessário dar-lhes “mais credibilidade, mais qualidade” e criar “condições para a sua exportação, tanto sub-regional como internacional, europeia e de consumo interno”. José Lobato lembra, no entanto, que há ainda muito por fazer, designadamente ao nível das ligações aéreas e da transacção de capitais.

Quanto à questão política, o Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP é peremptório: “ou não se autorizava a entrada ou, autorizando-a, tem de se aceitar. São as regras do jogo”. Se a Guiné Equatorial está “legitimamente reconhecida pelos chefes de Estado da Comunidade – e de pleno direito –, temos de trabalhar sem fazer distinções ou excepções como com qualquer outro país-membro”, acrescenta. Quando questionado sobre a importância, em volume de negócios, que o país ganhou no quadro da CPLP nos últimos três anos, José Lobato adianta que o país está “a arrancar agora” e que “não se pode exigir já isso”.

Segundo o responsável, “o que não está a acontecer – e devia – é a respeitabilidade dos símbolos”. “Não se encontra a bandeira da CPLP nas Presidências da República dos países-membros, como se encontra aqui [em Portugal] a bandeira da União Europeia”, diagnostica, acrescentando que “numa lógica equitativa e coerente, tínhamos em cada um dos países a bandeira nacional, a bandeira da sub-região em que está inserido e a bandeira de uma comunidade que nos une de uma forma mais histórica e primária do que as outras todas, que é a CPLP”. Só ocasionalmente se iça a bandeira da Comunidade, “para um evento, para um acto”, porque “a mentalidade ainda não existe”, lamenta José Lobato.

Destas palavras não me parece abusivo inferir que a CPLP não estará, neste momento, a atravessar uma crise de identidade porque pode dar-se o caso de ainda nem a ter formado plenamente. Joseph S. Nye (1971) estudou organizações políticas macrorregionais, como a Liga Árabe ou a Organização de Unidade Africana (OUA), e

organizações económicas de nível microrregional, como a Comunidade da África Oriental (CAO) e a União Europeia (UE), chegando a conclusões que creio poderem ser aplicadas nesta dissertação. Por um lado, é pouco provável que a CAO, por exemplo, se transforme numa nova unidade capaz de usurpar ou substituir, em larga escala, os Estados-membros existentes, vaticina Nye (1971: 182). Com efeito, a Comunidade da África Oriental começou por congregar o Quênia, o Uganda e a Tanzânia e, mais recentemente, passou a incluir também o Burundi e o Ruanda. Mesmo tendo em conta a dissolução da primeira configuração da CAO, a verdade é que os três países fundadores têm um longo historial de arranjos de integração regional. No processo de alargamento, não se registou qualquer usurpação ou substituição, antes um esforço de aprofundamento da cooperação económica, política e social entre os seus membros. Quanto à OUA ou à Liga Árabe, Nye & Rothchild (1970) reputam de construtivo o papel que as organizações políticas macrorregionais têm desempenhado no controlo dos conflitos entre os seus membros (1970: 597).

No caso da CPLP, o desafio a montante começa por ser a sua categorização como micro- ou macrorregional e a sua vocação como política ou económica. Atendendo a que se trata de uma organização pluricontinental, não suscitará grande debate apelidar a comunidade lusófona de organização macrorregional. Quanto ao seu eixo preponderante de actuação, ela é, por definição, uma organização de incidência linguístico-cultural, não deixando, todavia, de se querer afirmar (e cada vez mais intensamente) nos domínios político e económico. E, nesse caso, a CPLP enferma do problema detectado por Nye & Rothchild nas organizações políticas macrorregionais: o insucesso nos casos em que o conflito teve sobretudo uma origem interna. Os focos de conflito e desconfiança na relação entre a Guiné Equatorial e os restantes Estados-membros da comunidade lusófona tiveram como epicentro o coração da própria organização, pelo que poderá revelar-se muito difícil e melindroso dirimi-los. E isto sucederá porque, entre outros motivos, não existe “uma autoridade central”, como entendida por Robert Axelrod (1984: 6-7).

Citando Robert Keohane, um confesso institucionalista liberal, “realistas e institucionalistas concordam que, na ausência de um domínio hegemónico ou de interesses comuns, as instituições internacionais não conseguem sobreviver por muito tempo”.

3.3 – As dificuldades na afirmação do português como língua de negócios

Em Novembro de 2016, o presidente da União de Exportadores da CPLP afirmou que a Comunidade deverá tornar-se uma potência económica mundial em três décadas, superando mesmo os Estados Unidos. Em declarações registadas pela agência de notícias Lusa⁴², Mário Costa lembrou a dimensão do universo da CPLP e o facto de este representar um potencial de negócio e de comércio com 86 países. Na entrevista que concedeu para esta dissertação, o ministro português dos Negócios Estrangeiros afirmou que essa ideia de potência económica mundial “tem de ser corrigida”. “A CPLP não é um país, não é uma economia integrada. É um espaço económico que, se existir como tal, tem grandes potencialidades”, clarificou. Para Augusto Santos Silva, “basta pensar que metade das reservas de gás e de petróleo, descobertas nos últimos anos no mundo, foram-no em países-membros da CPLP”. Do ponto de vista português, acrescentou o governante, a Comunidade “pode e deve alargar o espaço de cooperação entre os seus membros também na área económica”, uma área que significa tanto “a área dos negócios e do emprego” como “a área da cidadania”.

Em Maio de 2016, Murade Murargy defendeu que é importante afirmar a língua portuguesa como “língua de negócios” de forma a explorar as vantagens da “proximidade linguística” no comércio externo, no investimento directo estrangeiro, na circulação de pessoas e na prestação de serviços. A falar, em Berlim, ainda na qualidade de Secretário Executivo da CPLP, Murargy acrescentou que “as conquistas da CPLP estão aquém do seu potencial”. Instado a comentar estas declarações, registadas pela Deutsche Welle⁴³, o ministro Santos Silva começou por dizer que “o português é uma grande língua global”, elencando, em seguida, a ordem de importância que vai assumindo nas várias áreas. “Como todas as línguas, serve em primeiro lugar para nós pensarmos. Em segundo lugar, é uma língua de comunicação, uma língua na qual nós nos entendemos. Em terceiro lugar, é uma língua de criação: é a língua das nossas literaturas, das nossas artes que se exprimem por palavras, do nosso teatro, do nosso cinema, etc. Em quarto lugar, é uma grande língua internacional e, por isso também, é uma língua de negócios”, priorizou.

⁴² www.publico.pt/2016/11/24/politica/noticia/cplp-quer-ser-potencia-economica-mundial-em-tres-decadas-1752509 (consultado em 25/08/2017).

⁴³ www.dw.com/pt-002/as-conquistas-da-cplp-est%C3%A3o-aqu%C3%A9m-do-seu-potencial/a-19255915 (consultado em 25/08/2017).

Com a entrada de um novo Estado-membro, as potencialidades de negócio no âmbito da CPLP naturalmente expandiram-se. No entanto, afirmar o português como uma língua de negócios – mesmo respeitando a lista de prioridades definida pelo ministro Santos Silva – pressupõe que, pelo menos, todos os países da Comunidade façam uso efectivo do idioma. Apesar de assegurar que “o português já se fala oficialmente na rádio e na televisão da Guiné Equatorial” e que o Presidente Teodoro Obiang “aprende português todos os dias”, Arsenio Moro-Malonga reconhece, na entrevista que concedeu, que há falhas. Quando lhe fizemos notar, por exemplo, que o site do governo ainda não está em português, o chefe da missão da Embaixada da Guiné Equatorial em Lisboa afirmou que lhe prometeram que “estaria em breve”.

Já José Lobato considera que “não podemos ficar com o cordão umbilical da língua”: “não somos linguísticos, temos é uma comunidade de povos”. Questionado sobre se essa postura não comprometeria a própria designação de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP respondeu negativamente, acrescentando que “a língua portuguesa não é um condicionalismo”. Ficará assim aberta a porta para que os países observadores passem a membros de pleno direito mesmo que não falem o idioma? José Lobato diz que sim. “Os observadores são amigos que poderão, de acordo com o *timing*, passar a familiares. Poder-se-ão casar, integrar, como foi o caso da Guiné Equatorial”.

Uma visão bastante mais negativa tem Manuel Saraiva, empresário de consultoria na área da engenharia na Guiné Equatorial. Entrevistado em Lisboa, em Abril de 2017, disse que “ao nível da promoção de negócios, a CPLP devia rever muito a sua forma de actuar”, isto porque, defende, “as coisas só pela CPLP não funcionam e se não houver outro tipo de diplomacia económica, não há negócios”. “Que eu tenha conhecimento, a CPLP nunca foi alavanca para qualquer negócio, não funciona”, acrescentou. Com a adesão do país à organização, “não se sentiu nada”, a situação terá até piorado, asseverou o empresário, que classificou a situação actual de “lamentável”: “os portugueses [na Guiné Equatorial] sentem-se completamente desprotegidos”.

De acordo com Severo (2016), o mais recente Estado-membro da CPLP “não compartilha uma história colonial lusófona, critério usado, até então, como delimitador da escolha dos membros da Comunidade”. A académica defende ainda que “se, por um lado, a aceitação d[a] Guiné Equatorial sinaliza [aponta] para a dimensão económica da Comunidade, por outro, ela estremece o papel político de um ideal lusófono centrado na língua portuguesa e em Portugal” (2016: 1328).

CAPÍTULO 4 – Conclusões

O trabalho de pesquisa, agora concluído e sistematizado, não permite afirmar taxativamente que a integração da Guiné Equatorial no espaço lusófono teve sobretudo – ou somente, na avaliação de muitos críticos, – motivações económicas. A performance da CPLP no eixo económico-empresarial continuou, nos últimos três anos (os primeiros do país como membro de pleno direito da Comunidade), a trajectória ascendente que vinha seguindo. Para responder satisfatoriamente à pergunta de partida desta dissertação (que mudanças ocorreram na CPLP com a entrada da Guiné Equatorial?), é necessário atender a dois graus de análise. Primeiro, com a integração do novo membro, o balanço entre o eixo linguístico-cultural e o eixo dos negócios, que já era mais favorável a este segundo, pelo menos nos três anos anteriores à adesão, não sofreu abalos significativos. Segundo, se a expectável preponderância económica relativamente aos outros eixos de actividade da CPLP não disparou, como vem sendo defendido em documentos oficiais e por agentes dentro e fora da organização, este facto deveu-se mais à inoperância ou, pelo menos, à lentidão institucional do que à falta de condições favoráveis a essa reconfiguração. As condições existem e a Guiné Equatorial só as veio reforçar, granjeando de caminho um crescente estatuto internacional. Provas dessa legitimação são a adesão à OPEP e a eleição como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Comunidade avançou, pois, timidamente no sentido de se afirmar, em definitivo, como um *player* económico no tabuleiro internacional.

Que futuro se joga, pois, em termos de relevância estratégica da organização no concerto das nações? A incapacidade de impor o cumprimento de um roteiro para a adesão e de se impor como organização consolidada e capaz de se reformar faz perigar a sua relevância estratégica. Falando a nove vozes, a CPLP perceberá agora como mais difícil conseguir “o consentimento mútuo dos intervenientes” (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr.). Com efeito, o estudo de documentos internos e o acompanhamento dos sucessivos encontros revelam o desconforto de alguns Estados-membros com a falta de compromisso da Guiné Equatorial. Aqueles autores colocam ainda duas questões que têm sido amplamente debatidas entre os neo-realistas e os neoliberais⁴⁴: “Até que ponto são os

⁴⁴ É ainda de teorias das relações internacionais que aqui se fala. Muito sucintamente, diríamos, como defendem Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., que “os neo-realistas e os institucionalistas neoliberais convergem na existência de possibilidades para promover a cooperação internacional, mas divergem quanto à probabilidade do sucesso dessa cooperação” (2003: 86).

actores que moldam os acordos institucionais desenvolvidos para fins cooperativos? Da mesma forma, como é que essas instituições influenciam os padrões de comportamento e as interações dos seus membros?” (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2003: 642). Ou no caso em estudo: até que ponto a Guiné Equatorial molda os acordos institucionais desenvolvidos para fins cooperativos? E como é que a CPLP como um todo influencia os padrões de comportamento de uma das partes, a Guiné Equatorial? Se, de facto, o mais recente Estado-membro conformar à sua vontade os acordos intra-CPLP e/ou a Comunidade se mostrar complacente face ao incumprimento dos pré-requisitos acordados para a adesão, então estaremos perante o que Robert Axelrod apelida de “ausência de uma autoridade central” (1984: 6-7).

A menos que a comunidade lusófona sofra alterações profundas, essa autoridade central – ou esse “novo centro”, segundo Haas, – corresponde à figura do(a) Secretário(a) Executivo(a). Mas também aqui a organização apresenta debilidades, algumas autodiagnosticadas. No documento para uma nova visão estratégica da cooperação no pós-2015, citado logo no ponto 1.1 desta dissertação, a própria CPLP demonstra uma autoconsciência do deslaçamento no seio da Comunidade, quer porque a “plena integração” do novo Estado-membro ainda não foi feita, quer porque a “ligação funcional” entre os objectivos gerais necessita de um reforço. Quanto à acção limitada da autoridade central, trata-se de um problema antigo da Comunidade, também diagnosticado internamente. Na visão estratégica para a cooperação comunitária, apontam-se como desafios “dotar o Secretariado Executivo de uma renovada capacidade de intervenção que permita o cumprimento cabal dos seus objectivos” e “aumentar a [sua] capacidade de resposta” (2015: 8). E para que a cooperação no seio da CPLP não esteja “baseada no egoísmo dos interesses” (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2003: 643) de cada uma das partes, torna-se necessária uma maior vinculação aos acordos assumidos. Curiosamente, a mesma visão estratégica para a cooperação remata os seus “constrangimentos e desafios” com a necessidade de “reforçar o compromisso dos Estados-membros com os princípios emanados pela organização” (2015: 9).

E o que distingue e aproxima a CPLP de outras comunidades de raiz linguística, como a Commonwealth ou a Francofonia, questionava-se ainda no início desta dissertação. Apesar de, na génese, se ter esforçado por se distanciar de outras comunidades de raiz linguística, mas de alcance consideravelmente mais lato, muito beneficiaria a CPLP se se inspirasse nos modelos da Commonwealth ou da Francofonia para a suspensão e expulsão de Estados-membros incumpridores. Ora, isso não se faz sem

uma alteração profunda dos Estatutos, uma reforma que, por um lado, contemple este tipo de sanções e, por outro, coloque, de forma explícita e sem equívocos, no enquadramento estatutário a economia e as empresas no plano da cooperação entre Estados-membros. A alternativa é a manutenção da actual situação de impasse, com proveitos óbvios para uma das partes: três anos depois da adesão da Guiné Equatorial, persistem as dúvidas em relação ao cumprimento pleno do roteiro para a adesão, enquanto o mais jovem Estado-membro apresenta um saldo francamente positivo com a adesão, fruto também dos acordos internacionais que a CPLP tem no concerto das nações, designadamente no universo das Nações Unidas.

Na condução deste dossier, a Comunidade joga a sua própria sobrevivência e respeitabilidade. E isso remete para a derradeira pergunta desta investigação: que impacto poderá ter o incumprimento reiterado do roteiro para a adesão na sobrevivência e respeitabilidade da própria organização? Já há mais Observadores do que Estados-membros, sendo de esperar que alguns deles façam, num futuro próximo, o mesmo caminho trilhado pela Guiné Equatorial rumo à adesão. Se o incumprimento equato-guineense fizer jurisprudência, os próximos candidatos julgar-se-ão no mesmo direito. A CPLP não pode colocar-se constantemente na posição de se ver manietada por alíneas conflitantes dos seus próprios Estatutos.

Assim, se ocorreram mudanças de monta nos últimos três anos, elas não foram no sentido de uma reconfiguração da comunidade lusófona como plataforma de negócios, como se pressupunha, mas antes de surgimento de problemas adicionais que, no limite, a podem pôr em causa. Uma forma possível de responsabilizar mais o novo Estado-membro poderia passar pela exigência de um esforço financeiro maior no provisionamento dos orçamentos de funcionamento do Secretariado Executivo e do IILP. Como vimos no ponto 2.2, as contribuições equato-guineenses são bastante escassas face ao bolo contributivo total. Só com uma reforma institucional séria e consequente da CPLP poderão “os povos de expressão oficial portuguesa, convergentes na união finalmente conseguida, [...] contribuir, como força unida, para a implantação dos valores que lhes conferem uma particular maneira de estar no mundo”, como almeja Adriano Moreira (1999: 476). Aceitando que foi uma “tradição inventada” (na acepção de Hobsbawm) que legitimou a progressiva aproximação e, por fim, a adesão do novo Estado-membro, a Comunidade encontra-se agora, ironicamente, perante a dificuldade de forjar – se não uma nova invenção – pelo menos uma reinvenção que não conflitue o primado dos negócios com o primado dos direitos humanos e da língua portuguesa.

FONTES

18 Anos CPLP – Os Desafios do Futuro:

www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/Desafios_Futuro_Final.pdf

Acordos Intra CPLP: www.cplp.org/Default.aspx?ID=3872

Acordos entre a CPLP e Entidades da Sociedade Civil:

www.cplp.org/Default.aspx?ID=3877

Acordos entre a CPLP e Outras Organizações Internacionais:

www.cplp.org/Default.aspx?ID=3878

Associação dos Portos de Língua Portuguesa: www.aplop.org

BBC: www.bbc.com

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: www.cplp.org

Conferência de Chefes de Estado e de Governo: www.cplp.org/id-3667.aspx

Cooperação na CPLP: www.cplp.org/id-2598.aspx

Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:

www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/Documentos+Base/Declara%ef%bf%bd%ef%bf%bd%ef%bf%bd%ef%bf%bdConstitutivaCPLP.pdf

Deutsche Welle Notícias: www.dw.com/pt-002/noticias/s-13918

Estados-Membros CPLP: www.cplp.org/id-2597.aspx

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:

www.cplp.org/Files/Filer/Documentos_Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf

Instituto Internacional da Língua Portuguesa: iilp.cplp.org

Instituto Português de Relações Internacionais: www.ipri.pt

Notícias CPLP: www.cplp.org/Default.aspx?ID=2600

Observadores Associados: www.cplp.org/id-2765.aspx

Observadores Consultivos: www.cplp.org/id-2766.aspx

Observatório da Língua Portuguesa: observinguaportuguesa.org

Organisation Internationale de la Francophonie: www.francophonie.org

Página Web Institucional de Guiné Equatorial: www.guineaequatorialpress.com

Portal dos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa: www.bcplp.org

Público: www.publico.pt

RTP Notícias: www.rtp.pt/noticias

Reunião dos Pontos Focais de Cooperação: www.cplp.org/Default.aspx?ID=3864

Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros: www.cplp.org/id-3767.aspx

Reuniões Extraordinárias do Conselho de Ministros: www.cplp.org/id-3784.aspx

Sapo Atualidade: www.sapo.pt/noticias/atualidade

The Commonwealth: thecommonwealth.org

BIBLIOGRAFIA

Axelrod, Robert (1984), *The Evolution of Cooperation*, Nova Iorque, Basic Books.

Babbie, Earl R. (2010), *The Practice of Social Research*, Belmont, Wadsworth Cengage.

Bahde, Anne (2014), *Using Primary Sources: Hands-On Instructional Exercises*, Santa Barbara, Libraries Unlimited.

Barnett, Michael e Martha Finnemore (2004), *Rules for the World: International Organizations in Global Politics*, Nova Iorque, Cornell University Press.

Baverstock, Philip (2015), “A Cooperação para o Desenvolvimento e os Direitos Humanos na CPLP”, in *Os Direitos Humanos no Mundo Lusófono – O Estado da Arte*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho.

Bryman, A. (2016), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press.

Denzin, Norman. K. e Yvonna S. Lincoln (2000), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage.

Deutsch, Karl W. et al. (1957), *Political Community and the North American Area*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

Domingues, João (1998), “Lusofonia, Anglofonia, Francofonia”, in *OBSERVARE – JANUS 1998, Relações com as Grandes Regiões do Mundo*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

Dougherty, James E. e Robert L. Pfaltzgraff, Jr. (2003), *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva.

Etzioni, Amitai (1995), “Old Chestnuts and New Spurs”, in Amitai Etzioni, ed., *New Communitarian Thinking: Persons, Virtues, Institutions, and Communities*, Charlottesville e Londres, University of Virginia Press.

Gaivão, Luís Mousinho de Magalhães e Meneses de Mascarenhas (2010), *CPLP: A Cultura como Principal Factor de Coesão*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Haas, Ernst B. (1958), *The Uniting of Europe*, Stanford, CS, Stanford University Press.

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (1984), *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Karns, Margaret P. e Karen A. Mingst (2004), *International Organizations – The Politics and Processes of Global Governance*, Londres, Lynne Rienner Publishers.

Keohane, Robert O. (1993), “Institutional Theory and the Realist Challenge After the Cold War” in David A. Baldwin, ed., *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Lopes, Ernâni Rodrigues (2008), *CPLP e Lusofonia: de Conceito Multicultural a Vector Portador de Futuro*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

Moreira, Adriano (1999), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina.

Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (2002), “Avaliação Crítica da CPLP – o Projeto, seus Mecanismos e Viabilidade Política”, in *Seminário CPLP – Oportunidades e Perspectivas*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão / Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais.

Nye, Joseph S. (1971), *Peace in Parts: Integration and Conflict in Regional Organization*, Boston, Little, Brown.

Nye, J. S. e Donald Rothchild (1970), “Ethnicity and Conflict Resolution”, in *World Politics*, XXII.

Pereira, Andréia Cristina Moreira Pereira (2013), *Da Vertente Política à Económica na CPLP: Estudo de Formas de Estreitamento das Relações Económicas dos Estados-membros*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pinto, J. F. (2005), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa, Instituto Diplomático.

Rodrigues, Domingos de Gouveia (2016), *Globalização e Blocos Económicos – Organizações Internacionais e Balanço de Pagamentos*, Clube de Autores.

Sá, Ana Lúcia (2016), “Guiné Equatorial e CPLP: Desafios ao Futuro da Lusofonia”, in *JANUS 2015-16*.

Santos, Victor Marques (2005), “Portugal, a CPLP e a Lusofonia. Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa”, texto da Oração de Sapiência da Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo de 2004/2005 do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Severo, Cristine Gorski (2016), *Lusofonia, Colonialismo e Globalização*, Florianópolis, Fórum Linguístico.

ANEXOS

DATA	ACTIVIDADE
29/08/11	Conselho Científico do IILP reuniu na Praia
17/10/11	IILP no II Simpósio Internacional sobre o Multilinguismo no Ciberespaço
24/11/11	IILP organiza Colóquio Internacional da Praia
05/12/11	IILP acolhe I Curso Técnico para a Elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais
22/02/12	Protocolo de Cooperação entre a Guiné Equatorial e o IILP
20/03/12	IILP na Transatlantics 2012
24/05/12	Conselho Científico ILLP reúne na Praia
09/07/12	IILP promoveu colóquio “A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”
18/07/12	IILP lança obra sobre o crioulo da Guiné Equatorial
27/09/12	IILP apresenta projectos na sede da CPLP
14/04/14	IILP promove capacitação de professores

Quadro 1 – Actividades do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entre 23 de Julho de 2011 e 23 de Julho de 2014.

DATA	ACTIVIDADE
25/11/11	Encontro Ibero-Americano de Conselhos Económicos e Sociais
11/07/12	<i>Perspectivas Económicas em África 2012</i>
04/12/12	Secretário Executivo na apresentação da obra <i>Potencial Económico da Língua Portuguesa</i>
15/01/13	Conferência “Fazer Negócios na CPLP”
18/03/13	Conferência “Lusofonia Económica – Plataformas CPLP”
23/06/14	Secretário Executivo na apresentação da edição portuguesa das <i>Perspetivas Económicas em África 2014</i>

Quadro 2 – Selecção de actividades de natureza económico-empresarial da CPLP, entre 23 de Julho de 2011 e 23 de Julho de 2014.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	NO. DE OCORRÊNCIAS
Administração Interna	8
Administração Pública	9
Ambiente	14
Assuntos Parlamentares	1
Bancos Centrais	52*1
Ciência e Tecnologia	3
Comunicação Social	6
Correios e Telecomunicações	5
Língua Portuguesa e Cultura	157
Direitos Humanos	4
Economia e Empresas	68
- Alfândegas	40
- Bancos Centrais	52*2
- Cooperação Comercial (descritivo)	-
- Cooperação Empresarial (descritivo)	-
- Correios e Telecomunicações	5*3
- Finanças	7
TOTAL	172
Educação	17
Finanças	7*4
Igualdade de Género	5
Justiça	17
Juventude e Desporto	5
Migrações	-
Propriedade Industrial	-
Saúde	15
Segurança Alimentar e Nutricional	29
Segurança e Defesa	15
Trabalho e Assuntos Sociais	11
Trabalho Infantil	9
Transportes	190*5
Turismo	-6

*¹ Apesar da intensa actividade na área dos Bancos Centrais nos três primeiros anos de adesão, a Guiné Equatorial não consta ainda dos menus do Portal dos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa. Os dados foram recolhidos no site www.bcplp.org.

*² Repete a contagem dada acima na área Bancos Centrais.

*³ Repete a contagem dada acima na área Correios e Telecomunicações.

*⁴ Repete a contagem dada acima na subárea Finanças.

*⁵ Informação recolhida a partir do site da Associação dos Portos de Língua Portuguesa (www.aplop.org), que reúne notícias de outras fontes, algumas delas sem ligação óbvia à CPLP.

*⁶ Link inacessível.

Quadro 3 – Número de ocorrências da actividade da CPLP nas diferentes áreas de actuação, entre 23 de Julho de 2014 e 23 de Julho de 2017.

DATA	ACTIVIDADE
02/10/14	Directora Executiva do IILP apresenta programa de atividades ao Comité de Concertação Permanente
18/01/16	IILP inaugura biblioteca em Cabo Verde
03/05/16	Secretário Executivo participa na XI Reunião Ordinária do Conselho Científico do IILP
02/06/16	Directora Executiva do IILP recebe Prémio Itamaraty de Diplomacia Cultural
03/08/16	IILP celebra “CPLP: 20 anos de história e na história”
31/10/16	IILP e Namíbia assinam memorando para promoção da Língua Portuguesa
10/01/17	Secretária Executiva reúne com Directora Executiva do IILP
09/05/17	XII Reunião do Conselho Científico do IILP
22/06/17	IILP organiza encontros para impulsionar a Língua Portuguesa

Quadro 4 – Actividades do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entre 23 de Julho de 2014 e 23 de Julho de 2017.

DATA	ACTIVIDADE
24/07/14	Secretário Executivo no Seminário “Globalização Económica e Oportunidades de Investimento: a CPLP e a Região da Ásia-Pacífico”
22/12/15	2º Fórum União de Exportadores desenvolveu empreendedorismo na CPLP
25/05/16	Conclusões da Reunião das Autoridades das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP
26/09/16	Guiné Equatorial acolhe I Reunião Técnica da Energia da CPLP
18/11/16	Secretário Executivo reuniu com vice-ministro de Promoção das PME da Guiné Equatorial
11/07/17	Lançamento da I Conferência Económica do Mercado CPLP

Quadro 5 – Selecção de actividades de natureza económico-empresarial da CPLP, entre 23 de Julho de 2014 e 23 de Julho de 2017.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO	NO. DE OCORRÊNCIAS	
	TRIÊNIOS	
	2011-2014	2014-2017
Língua Portuguesa e Cultura	126	157
Economia e Empresas	42	68
- Alfândegas	55	40
- Bancos Centrais	40	52
- Cooperação Comercial (descritivo)	-	-
- Cooperação Empresarial (descritivo)	-	-
- Correios e Telecomunicações	3	5
- Finanças	3	7
TOTAL	143	172

Quadro 6 – Análise comparativa da actividade exercida pela CPLP nas áreas de Língua Portuguesa e Cultura e de Economia e Empresas, nos períodos compreendidos entre 23 de Julho de 2011 e 23 de Julho de 2014 e entre 23 de Julho de 2014 e 23 de Julho de 2017.

Entrevista a Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, realizada a 8 de Fevereiro de 2017 em Lisboa

Mais de dois anos e meio depois da adesão da Guiné Equatorial, poderá a CPLP ter mudado os seus objectivos estratégicos?

Creio que a CPLP mantém os seus objectivos estratégicos, que são três: concertação político-diplomática entre os Estados-membros, promover a língua portuguesa e promover a cooperação. A nova visão estratégica, aprovada na Cimeira de Brasília em Outubro passado, define uma nova ambição para esses objectivos. Nessa nova ambição, estão claramente expressas a necessidade de reforçar a actividade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a necessidade de encontrar um novo papel para os membros Observadores Associados e de encontrar também uma nova forma de estimular a cidadania no âmbito da CPLP. Portugal sustentou em Brasília, e a declaração da cimeira aprovou-o, que a melhor maneira de fomentar uma cidadania da CPLP era criar um regime de mobilidade próprio da CPLP.

A vocação linguística e o respeito pelos direitos humanos poderão ter deixado de ser prioridade para a CPLP se focar mais numa vertente económica?

Não. Aliás, se essa mudança houvesse, ela seria anti-estatutária. É preciso não confundir a CPLP com um dos seus Estados-membros. A Guiné Equatorial é um Estado-membro da CPLP. Foi essa a decisão tomada em 2014. Mas não é a CPLP. A CPLP é muito mais do que a questão da Guiné Equatorial. Quanto à Guiné Equatorial, há um roteiro definido. Portugal tem instado a Guiné Equatorial a cumprir esse roteiro e tem notado que esse cumprimento tem ficado aquém do ritmo necessário. Em 2016, a Guiné Equatorial finalmente ratificou os Estatutos da CPLP porque ainda não o tinha feito. Desde que a Guiné Equatorial entrou, vigora uma moratória da aplicação da pena de morte. Portanto, não foi aplicada nenhuma pena de morte na Guiné Equatorial, o que é um elemento positivo, mas não foi abolida formalmente. Quando são interrogados – e são interrogados sempre por Portugal – sobre esse aspecto, as autoridades da Guiné Equatorial dizem que o processo legislativo foi concluído e que falta apenas a assinatura do Presidente. E nós respondemos que a abolição da pena de morte só se conclui com todos os procedimentos. Em Brasília, a Guiné Equatorial pediu apoio técnico, jurídico para as mudanças que é preciso fazer nos Códigos Penais e de Processo Penal, imagino... pelo menos, no Código Penal é preciso fazer, na decorrência da abolição da pena de

morte. Isso faz sentido porque, abolida a pena de morte, a proporcionalidade das penas obriga a que se use outro termo de comparação. Portugal e outros países ofereceram esse apoio jurídico, que será prestado logo que a Guiné Equatorial o reclame. Não é apoio jurídico para a abolição da pena de morte porque isso é a coisa mais simples de fazer do ponto de vista jurídico, uma lei que deve ter um ou dois artigos. É apoio jurídico para a recomposição do Código Penal em função dessa abolição. Quanto ao ensino do português, a melhor maneira de difundir a língua portuguesa na Guiné Equatorial é apostar na formação de professores. Portugal indicou toda a sua disponibilidade. Nós temos um agente de cooperação em Malabo, teremos a presença do Instituto Camões logo que ela seja útil e necessária e funcionários da Administração Pública da Guiné Equatorial têm vindo ao Instituto Nacional de Administração português para se familiarizarem com a língua portuguesa. Agora, deveria haver um muito maior esforço da parte das autoridades da Guiné Equatorial.

No rescaldo da Cimeira de Brasília, afirmou-se que a CPLP seria uma potência económica mundial em três décadas. Isto não poderá levar a que se ultrapassem princípios fundadores, como alguns críticos dizem ter acontecido na altura da adesão da Guiné Equatorial?

Não. As decisões na CPLP são sempre por consenso. Portugal entendeu que a sua divergência não era suficientemente grave para pôr em perigo uma decisão da CPLP. Estou à vontade para dizê-lo porque, nessa altura, disse publicamente que compreendia essa posição, que o valor de existência da CPLP era mais importante do que a decisão deste ou daquele Estado-membro. Em 2014, Portugal deu o seu acordo expresso à adesão da Guiné Equatorial. A ideia de que a CPLP pode ser uma potência económica é uma ideia que tem de ser corrigida. Nós podemos usar isso como uma força de expressão mas a CPLP não é um país, não é uma economia integrada. A CPLP é um espaço económico que, se existir como tal, tem grandes potencialidades. Basta pensar que metade das reservas de gás e de petróleo, descobertas nos últimos anos no mundo, foram descobertas em países que são membros da CPLP, mas isso não chega. O petróleo, toda a gente sabe, não é uma fonte de riqueza se não for acompanhado pela qualidade das instituições, pelo desenvolvimento social, pelo Estado de direito e por aí fora. Do ponto de vista de Portugal, a CPLP provou bem os três eixos que a constituem e, portanto, pode e deve alargar o espaço de cooperação entre os seus membros também na área económica. A área económica, para nós, significa a área dos negócios e do emprego e a área da

cidadania. E o que nós dizemos é que a melhor maneira de o fazer é tornando mais fácil a mobilidade no interior da CPLP. Se nós conseguirmos que um cidadão angolano ou um cidadão moçambicano possa trabalhar no Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique ou Timor-Leste nas mesmas condições de um cidadão local, nós teremos dado um passo de gigante na criação de um espírito da CPLP junto das pessoas. Para que isso seja possível, é preciso que esses cidadãos tenham autorizações de residência nos países. Depois, é preciso que esse cidadão veja reconhecidas as suas habilitações escolares e as suas qualificações profissionais. E em terceiro lugar, é preciso que esse cidadão possa trazer consigo os seus direitos sociais, isto é, os descontos que faz quando trabalha em Cabo Verde para o sistema de Segurança Social de Cabo Verde possam ser considerados quando depois forma a sua pensão em Portugal ou na Guiné-Bissau. Nós olhamos para a economia olhando também para a cidadania e essa pode dizer-se ser uma maneira bem portuguesa de olhar para essa questão e que nos distingue bastante de qualquer propósito de fazer da CPLP apenas uma OPEP do sul.

Como reage às declarações de Murade Murargy, Secretário Executivo cessante da CPLP, quando, em Maio do ano passado, disse que as conquistas da CPLP estão aquém do seu potencial e que o português deve afirmar-se como uma língua de negócios?

Eu não comento declarações de secretários executivos mas evidentemente que a CPLP pode fazer mais do que tem feito, por isso é que nós aprovámos uma nova visão estratégica. Mas isso, com toda a franqueza, é uma verdade de La Palice. Eu próprio posso fazer muito mais do que tenho feito. Quanto ao português ser língua de negócios, aí vamos com mais calma. O português é uma grande língua global. Como todas as línguas, serve em primeiro lugar para nós pensarmos. Nós pensamos usando a nossa língua. Por isso é que muitas vezes se diz, e bem, que pensamos de forma diferente em português ou em inglês ou em francês ou em espanhol. Em segundo lugar, é uma língua de comunicação. É uma língua na qual nós nos entendemos. Em terceiro lugar, é uma língua de criação. É a língua das nossas literaturas, das nossas artes que se exprimem por palavras, o nosso teatro, o nosso cinema, etc. Em quarto lugar, é uma grande língua internacional e por isso também é uma língua de negócios.

A Murade Murargy deveria suceder um Secretário Executivo português, isto respeitando a ordem alfabética dos Estados-membros prevista nos Estatutos. São Tomé e Príncipe considerou que era a sua vez. Como lidou com este diferendo diplomático?

Colocaram-se, nessa altura, dois argumentos. Um argumento que era – e é – inaceitável para Portugal, que era o argumento segundo o qual Portugal, por ter a sede, não podia ter o Secretário Executivo. É inaceitável porque é um argumento anti-estatutário. Ainda se alegou que teria havido um acordo de cavalheiros. Os cavalheiros consultados não tinham acordado e vários dos então presentes na fundação vieram dizer publicamente que desconheciam tal facto. Esse argumento foi afastado porque Portugal não o aceitou. Esse argumento equivaleria a Portugal aceitar que nunca o Secretário Executivo seria português. E eu disse, no momento e no sítio certo, que as decisões da CPLP, devendo ser tomadas por consenso, Portugal nunca permitiria que existisse esse consenso. Cada um toma as suas responsabilidades e eu, em 2016, tomei essa. Não hesitei perante a possibilidade de haver uma situação de dissenso, uma impossibilidade de chegar a consenso na CPLP. Timor-Leste e o Brasil, como é sabido, também exprimiram uma posição semelhante, confirmaram essa leitura, do meu ponto de vista totalmente clara, dos Estatutos. Havia um segundo argumento que Portugal compreendeu, como é sua obrigação. Esse segundo argumento é um argumento politicamente válido: se fosse seguida a ordem alfabética tal e qual, aconteceria que, durante estes dois anos, o Brasil teria a Presidência e Portugal teria o Secretário Executivo, o que quer dizer que, pela primeira vez na história da CPLP, nenhum país africano estaria numa posição de direcção. Isso é outra conversa e é um argumento totalmente legítimo. E, por isso mesmo, Portugal propôs uma solução muito simples: trocar a ordem, primeiro São Tomé e Príncipe, depois Portugal. Chegou-se facilmente a acordo sobre isso. Toda a gente participou nesse acordo. O acordo ficou escrito para não haver nenhuma dúvida, para não haver outra vez a conversa do acordo de cavalheiros. Parece-me uma solução inteiramente fácil e conforme com os Estatutos e com a vontade facilmente consensualizada.

Até ao final do seu mandato de ministro dos Negócios Estrangeiros, o que espera da CPLP, tendo em conta que, no ano passado, assinou um artigo em que falava da melhor juventude da instituição?

Simples. É cumprir a visão estratégica. Nós tomámos umas decisões na Cimeira de Brasília que temos de cumprir este ano. E a mais importante decisão foi aprovar uma nova visão estratégica que se trata agora de implementar. Agora, se me permite, o ano passado foi um ano que provou bem os enormes benefícios que Portugal também retira da concertação político-diplomática no seio da CPLP porque a CPLP, através da sua

Assembleia Parlamentar, deu o apoio por unanimidade à candidatura a secretário-geral de António Guterres. E Angola, que era o país da CPLP no Conselho de Segurança e, portanto, um dos eleitores, um dos votantes, foi absolutamente inequívoca, clara e límpida no apoio da primeira à última hora à candidatura.

Sendo que António Guterres também disse que estaria atento ao respeito pelos direitos humanos por parte da CPLP...

Faz parte dos Estatutos. Há organizações que não fazem depender a adesão do respeito pelos direitos humanos. A CPLP não é o caso. Só podem participar da CPLP países que não tenham a pena de morte. Como sabe, a pena de morte existe em países democráticos, por exemplo os Estados Unidos, mas o nosso entendimento foi esse e os países ao mesmo tempo comprometem-se com o respeito pela soberania nacional uns dos outros e com o respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos. Esse escrutínio existe sempre.

Se com esse escrutínio se concluir que não estão a ser respeitados, há a hipótese de algum Estado-membro ser expulso?

Há duas maneiras de entender a diplomacia pelos direitos humanos. Há uma maneira que é tipicamente confrontacional, pela qual os países se arrogam uma condição sua de quase paladinos dos direitos humanos e, a partir dessa posição, criticam os outros. Essa não é a abordagem que Portugal segue. E há uma outra abordagem na qual nós colocamos sempre os direitos humanos na agenda e trabalhamos com todos também nesse ponto da agenda. Essa abordagem, a que eu costumo chamar “não confrontacional”, é uma abordagem mais positiva, construtiva e mais favorável à promoção dos direitos humanos do que a outra.

Entrevista a Arsenio Moro-Malonga, chefe da missão da Embaixada da Guiné Equatorial em Lisboa, realizada a 14 de Dezembro de 2016

Que balanço faz da adesão da Guiné Equatorial à CPLP?

Desde a adesão, tem havido muito progresso, muito interesse por parte da Guiné Equatorial e muito apoio também por parte da CPLP. Ao nível da língua, o português é uma língua oficial. É uma aposta oficial no ensino desde os estudos primários e estamos a trabalhar agora para levar o português até ao nível universitário, a todos os níveis. Todo o guineense deve falar português. O Presidente tem um professor, aprende

português todos os dias. É esse o interesse que temos. Conforme discutido em Brasília, também estamos a pedir o apoio do governo português e dos países da CPLP para que cooperem com a Guiné Equatorial porque estamos dispostos a receber o português. Mas sozinhos não podemos aprender a língua. Necessitamos do apoio dos portugueses para que nos ensinem o português. Da Embaixada do Brasil, que é um país que colabora muito, foram 700 voluntários para uma cidade muito pequena como Malabo, o que demonstra o interesse que o país tem em falar português. O português já se fala oficialmente na rádio e na televisão da Guiné Equatorial.

O site do governo não está ainda em português.

Vamos trabalhar novamente com o governo para perceber o que se está a passar. Prometeram-nos que o site estaria em português em breve. Da nossa parte, há muito interesse para falar o português.

E quanto à abolição da pena de morte?

É um tema delicado. Fez-se uma moratória que se pode dizer vitalícia. Não se voltará a matar ninguém na Guiné Equatorial. Oficialmente, a pena de morte está abolida. Mas é uma questão muito complexa que deve passar pelas instituições, pelo Parlamento, pelo Senado, pelos canais oficiais. Como disse o nosso governo na Cimeira de Brasília, se houvesse um referendo à abolição da pena de morte, a população diria “não”. É uma questão cultural. A Guiné Equatorial era um país muito pacífico. Mas o desenvolvimento proporcionado pelo petróleo também atraiu a delinquência. Na nossa cultura, deixar um assassino sem o castigar como merece é um choque para a nossa população. Por isso, é preciso ir formando e informando a população da necessidade de abolir a pena de morte. O governo entende essa necessidade e, por isso, o governo está a dar os passos. Os passos começaram com a moratória, depois vão preparar-se as normas para que passe para o Parlamento e oficialmente saiam as leis da abolição.

Desde 23 de Julho de 2014, quantas pessoas foram executadas na Guiné Equatorial?

A Guiné Equatorial não voltou a executar ninguém desde a entrada na CPLP.

Entrevista a Manuel de Azevedo, cônsul honorário de Portugal na Guiné Equatorial, realizada a 14 de Dezembro de 2016 em Lisboa

O que falta ainda fazer mais de dois anos depois da adesão da Guiné Equatorial à CPLP?
Em relação ao ensino do português, tem tudo para se fazer. Pouco tem sido feito, tanto da parte da CPLP como da parte do governo da Guiné Equatorial. A língua oficial da CPLP lá é o portunhol, não é o português. Nós, em obras, sentimos as dificuldades de comunicação entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores locais. Essa é uma área que eles querem cada vez mais, até para se afirmarem como membros de pleno direito da CPLP – já o são mas têm de provar porque é que são. A CPLP não é só Portugal, as pessoas têm de se lembrar disso. A CPLP tem vários países. Eles querem aprender mas se ninguém lá for ensinar, eles também não sabem. Aí, acho que a falha é de ambas as instituições, do governo da Guiné Equatorial e da CPLP.

E isso não constitui um empecilho para as empresas portuguesas?

Ah, não! De todo. Até porque nós temos aquela qualidade fantástica do portunhol. Há empresas que ensinam português. As empresas estão a substituir um bocadinho a CPLP. Mas as pessoas têm de perceber que a CPLP são não-sei-quantos Estados e bem basta Portugal andar com a CPLP às costas. Se estou a dizer uma barbaridade, peço desculpa.

Entrevista a José Lobato, Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP, realizada a 9 de Junho de 2017 em Lisboa

Houve um estreitamento das relações empresariais entre os Estados-membros, agora com um novo *player*?

Nós somos a Confederação Empresarial da CPLP mas não somos a parte política. Uma coisa é o relacionamento político da Guiné Equatorial enquanto Estado-membro com o Secretário Executivo da CPLP. Outra coisa são as Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços da Guiné Equatorial de Bata e de Malabo, que são nossas associadas. No que nos diz respeito, as relações são excelentes. A Guiné Equatorial tem um representante na direcção como qualquer país. Usamos os mesmos direitos e obrigações aqui na Confederação. Neste momento, estamos a desenvolver um projecto de criação de um instituto de formação e certificação da CPLP na Guiné Equatorial e também a criação de dois laboratórios, um em Malabo, outro em Bata, para a certificação dos produtos.

Foi-nos colocado superiormente, desde chefes de Estado, ministros, governo, sector privado, que um dos desafios desse país é exactamente valorizar os produtos nacionais. Valorizar como? Dando-lhes mais credibilidade, mais qualidade e criando condições para a sua exportação, tanto sub-regional como internacional e europeia e de consumo interno. A Guiné Equatorial participa em todas as reuniões, em todos os eventos que a Confederação promove, como membro de pleno direito e, efectivamente, eles fizeram mudanças da língua. Faltam algumas condições básicas para alicerçar isso tudo. A RTP, através da RTP África, não transmite como nos outros países. Outro exemplo são as ligações aéreas: para ir para lá, tem de se ir a Espanha porque não há voo directo Lisboa-Malabo-Lisboa. E há o problema da banca para fazer a transacção dos capitais.

Sente que, do ponto de vista político, a adesão é uma questão delicada?

Não, não é delicada. Não podemos falar assim nem equacionar isso. Porque das duas, uma: ou não se autorizava a entrada ou, autorizando-a, tem de se aceitar. São as regras do jogo. Se se inscreve num campeonato, tem de obedecer às regras, direitos e deveres. Essa é que é a condição básica. Se ela está legitimamente, reconhecida pelos Chefes de Estado da Comunidade, de pleno direito, temos de trabalhar sem fazer nenhuma distinção, nenhuma excepção ou exclusividade como com qualquer outro país-membro.

Essas reuniões da Confederação são feitas em português? Os responsáveis da Guiné Equatorial falam em português?

Falam português com defeito, como o timorense fala. Como o açoriano em Portugal fala, com o seu calão. Como o madeirense fala. Como um indivíduo do Porto fala. Como o angolano fala um português cantado. Como o cabo-verdiano, o moçambicano, enfim... O que não está a acontecer – e devia – é a respeitabilidade dos símbolos. Todos queremos a língua, todos propomos que a comunidade é linguística mas, quando vamos para questões que vão simbolizar isso, nada acontece. Você não encontra a bandeira da CPLP em todas as Presidências da República dos países, como encontra aqui da União Europeia ou vai a França e a Espanha e vê. Nos governos, também. E quando eu digo isso, não é só em Portugal, é em todos os países da CPLP. Cada um deles tem uma comunidade regional. Numa lógica equitativa e coerente, tínhamos em cada um dos países a bandeira do país, a bandeira da sub-região em que está inserida e a bandeira de uma comunidade que nos une de forma mais histórica e primária que as outras todas,

que é a CPLP. Ocasionalmente, é posta para um evento, para um acto e acabou. Porque a mentalidade ainda não existe.

Se isso continuar assim, a CPLP poderá tornar-se em pouco tempo uma instituição irrelevante, como vaticinam os críticos?

Os críticos são agentes da sociedade. Efectivamente, há um trabalho político mas também social, de cidadania, para a construção do projecto de cidadão lusófono. E esse projecto passa por muitas metamorfoses. Temos o problema da mobilidade, da identificação, não há um passaporte. Isso passa pela divulgação. Estamos a trabalhar a nível empresarial e económico em questões que vão edificar e valorizar a marca CPLP nos produtos e serviços.

Nos últimos três anos, que importância, em termos de volume de negócios, a Guiné Equatorial passou a ter no quadro da CPLP?

Eles estão a arrancar agora, estão precisamente a fazer essa trajectória. Entraram há três anos. Não se pode exigir já isso. Tem evoluído pouco porque há um acreditar: levar empresários, levar empresas, missões empresariais para que nas suas visitas vejam, falem, constatem, reconheçam uma potencialidade que resulte em negócio, levando produtos para lá e trazendo produtos de lá. Não podemos ficar com o cordão umbilical da língua. A CPLP é uma comunidade linguística, de língua portuguesa, tem o seu carácter, como os franceses e os ingleses têm. Somos uma comunidade de povos. É o povo africano, europeu, sul-americano, asiático. Por razões históricas, não só de língua, de cultura, de afectos, de mar, entenderam por bem juntar-se e fazer uma comunidade para se reforçar, desenvolver as suas potencialidades, as suas economias e, no plano mundial, intercambial, cooperar e ter mais pujança.

Mas isso não compromete a própria designação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa?

Não. A língua portuguesa não é um condicionalismo e a tendência vai levar para isso porque o mundo agora é cada vez mais globalizado. E a prova evidente é que, neste momento, já temos 10 Observadores. Não tenho o estatuto da língua mas quero ter uma aproximação. Familiares são os membros mas posso começar por ser amigo. Os Observadores são amigos, que poderão, de acordo com o timing, ser familiares depois. Casar, integrar como foi o caso da Guiné Equatorial.

Declarações de Manuel Saraiva, empresário de consultoria de engenharia na Guiné Equatorial, recolhidas a 20 de Abril de 2017 em Lisboa

O problema está na própria CPLP. Em termos de negócios, não funciona muito bem. Não percebo porquê. Sei que organizam para aí uma série de palestras e coisas do género mas parece-me que no terreno não funciona muito bem. Eu conheci muito bem uma anterior embaixadora do Brasil que esteve na Guiné Equatorial, fazia uma diplomacia económica espectacular. Nós temos lá uma pessoa, ao nível da embaixada, encarregada de negócios que nós ainda nem embaixador temos. Não se percebe o que anda para ali a fazer, nem tratou de promover o recenseamento para as eleições legislativas de 2015. Ao nível da promoção de negócios, a CPLP devia rever muito a sua forma de actuar. Que eu tenha conhecimento, a CPLP nunca foi alavanca para qualquer negócio. Não funciona. É lamentável esta situação. Os portugueses sentem-se completamente desprotegidos.

Depoimento do jornalista e escritor Fernando Dacosta, recolhido a 20 de Maio de 2017 em Serpa

O Fernando Pessoa conhecia muito bem os célebres cadernos que o Agostinho da Silva publicava e um dia convidou-o para se sentar à mesa dele. Ele sentou-se e durante 10 meses, até 27 de Novembro de 1935, dois dias antes de o Fernando Pessoa ser internado no hospital, onde morreu dois dias depois, eles foram-se encontrando ao fim do dia no Martinho da Arcada. Um dos temas dominantes era precisamente o futuro da língua portuguesa e o futuro do império português e o que iria acontecer a Portugal. A abordagem deles colocava-se já num plano pós-independência. Eles foram formulando a ideia de uma comunidade de países de língua portuguesa. Não tinha ainda esse nome. O único grande bloco que poderia dar resposta ao emergente império asiático era o império ibérico: as regiões autónomas de Espanha tornar-se-iam países independentes e a Ibéria transformar-se-ia numa comunidade de países ibéricos, independentes, repúblicas ou monarquias, dizia o Agostinho da Silva. Portugal, Espanha e os outros países têm ligações profundíssimas à América Latina e a África por causa da língua. O português hoje é a língua mais falada no Atlântico Sul. O espanhol é a língua mais falada praticamente na América. Portanto, uma comunidade de países de língua portuguesa que iria ligar-se a uma comunidade de países de língua espanhola. O Agostinho da Silva dizia

que a CPLP daria origem à CPLI, uma comunidade de países de línguas ibéricas. Há uma outra frase do Fernando Pessoa que se transforma numa referência para o Agostinho da Silva, que é uma frase de um texto que lhe mostra antes de publicar: “a minha pátria é a língua portuguesa”. Esta frase é a chave de tudo. E a partir daí, o Agostinho da Silva põe-se a imaginar e a trabalhar. No Brasil, grandes vultos como Aparecido de Oliveira chamaram o Agostinho da Silva para criar organizações afro-luso-americanas e isso influencia os líderes da libertação africana, como o Amílcar Cabral, o Agostinho Neto – toda esta gente lê os textos do Agostinho da Silva. Nos finais dos anos 1950, é organizada uma reunião no Brasil com todos os países de expressão portuguesa e Portugal manda uma delegação chefiada pelo Marcello Caetano. O problema é que o Agostinho da Silva parte do princípio de que isto só pode funcionar com as colónias independentes. O Marcello Caetano aí fica de pé atrás.

A entrada da Guiné Equatorial na CPLP foi um negócio. Mas não percebi aquela jogada. Porque é que foram forçar aquilo? Justificava-se se já estivéssemos na fase da CPLI, das línguas ibéricas. Assim, não faz sentido. O incumprimento do roteiro para a adesão pode prejudicar a CPLP, mas há interesses na sua manutenção. O relacionamento de um angolano ou de um moçambicano com Portugal é profundo, sincero e efectivo e a geração mais nova quer aprofundá-lo. Uma das coisas que o Aparecido de Oliveira preconizava – e o Agostinho da Silva também estava por trás disso – era um passaporte comum, uma universidade comum, uma série de coisas dessas que depois foram sendo boicotadas. O Aparecido de Oliveira faz muita falta: era um homem muito activo neste projecto. Dá-me a impressão de que está tudo à espera de ver como as coisas vão evoluir. Angola vai mudar de Presidente ou deverá mudar, não se sabe. O Brasil também está naquela situação. Estamos num compasso de espera.

CURRICULUM VITAE

Funções actuais

Jornalista freelancer, com reportagens publicadas no Expresso e na Notícias Magazine.

Gestor de conteúdos do site Eduardo Paz Ferreira & Associados.

Programador do festival internacional de cinema IndieLisboa.

Celebrante de cerimónias humanistas na Arena do Tempo.

Habilitações académicas

Frequência do mestrado em Estudos Internacionais no ISCTE-IUL (2015-actualmente).

Licenciatura em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa (2000-05).

Programa Erasmus em Bergen, na Noruega, com trabalhos de investigação em Web Radio e Fotografia Social (2004).

Línguas

Português, Inglês e Francês falados e escritos com fluência.

Experiência profissional

Criativo e assistente de comunicação da Booktailors (consultoria, eventos e agenciamento).

Repórter do *Inferno*, programa de actualidade e sátira política do Canal Q.

Voz de estação do Canal Q.

Redactor de publicações de música como o Bodyspace e a Ultraje.

Co-autor da rubrica *Canções de Auto-Ajuda* na Vodafone FM (2011-13).

Co-autor do programa de curtas-metragens *A Vida é Quarta* no Canal Q (2010-11).

Coordenador, jornalista e apresentador do magazine cultural *A Rede* no Canal Q (2011).

Jornalista e assistente de produção do site de rádio e música Cotonete (2008-10).

Jornalista da Euronews, em Lyon (2008).

Jornalista e assistente de produção da Rádio ONU, em Nova Iorque (2007-08).

Jornalista da Rádio Nova Antena (2006-07).

Jornalista da Rádio 351 (2005-06).

Freelance writer do site de música Jazz Review (2005-06).

Staff writer e news editor do site de música Lost at Sea (2003-07).

Colaborador da revista de arte independente Mondo Bizarro (2000-06).